

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93051/2025

Processo nº 01.025.929/25-72

CÓDIGO UASG: 984123

MINUTA DO EDITAL

- **OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS “RUAS DE LAZER E RECREAÇÃO – 2026” PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E DE-MAIS ANEXOS.
- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO
- **REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO
- **DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** DIA 26/03/2026, às 14:00 horas.
- **SITES PARA CONSULTAS:** www.gov.br/compras ou <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes>
- **TELEFONE/E-MAIL PARA CONTATO:** (31) 3246-5107/gecli@pbh.gov.br

1. DO PREÂMBULO

O Secretario Municipal Interino de Esportes e Lazer torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos dos Decretos Municipais nº 18.096/2022 e 18.289/2023, da Lei Municipal nº 10.936/2016, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/2006, observadas ainda as determinações das Leis Federais nº 12.846/2013, nº 13.709/2018 e demais legislações aplicáveis.

2. DO OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços prestação de serviços de organização e execução das “Ruas de Lazer e Recreação – 2026” promovido pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Prefeitura de Belo Horizonte, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.
- 2.2. Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas no compras.gov.br e as constantes no Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

3. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.
- 3.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento poderão ser enviados para o e-mail gecli@pbh.gov.br ou ser entregues diretamente na Gerência de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer situada na Rua Timbiras, 628 – 5º andar – Bairro Funcionários – Belo Horizonte – MG – CEP 30.140-068.
 - 3.2.1. O documento enviado deverá contar nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.
- 3.3. O Agente de Contratação, responderá à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento dos documentos, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
 - 3.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta à impugnação e ao pedido de esclarecimento poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.
- 3.4. As respostas à impugnação e ao pedido de esclarecimento serão divulgadas diretamente no “site” www.gov.br/compras, no “link” correspondente a este edital e no “site” da PBH no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes>.
- 3.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá

ser motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo de licitação.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste procedimento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital, anexos e legislação aplicável.

4.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio, conforme justificativa para a vedação no Termo de Referência;
- b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de Belo Horizonte nos termos da Lei n. 8.666/93;
- c) declarados impedidos de licitar e contratar com Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte;
- d) declarados impedidos de licitar e contratar com o Poder Legislativo do Município de Belo Horizonte;
- e) declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- f) com falência decretada ou que se encontrem em concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- g) estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;
- h) enquadrados nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9 e no art. 14, ambos da Lei Federal 14.133/2021, bem como nas do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte;
- i) cujo objeto social seja incompatível com o desta licitação;
- j) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- k) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos;
- l) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- m) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

4.2.1. A observância das vedações do subitem 4.2 é de inteira responsabilidade do licitante que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

4.2.2. O Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.

5. DO CADASTRAMENTO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.1.1. Informações sobre cadastro de fornecedores poderão ser obtidas no Sistema de Compras do Governo Federal no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

- 5.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.
- 5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Belo Horizonte por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o valor ou o percentual de desconto ofertado, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.4. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do

tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5. O licitante que prestar declaração falsa se sujeita às sanções previstas na lei e neste edital.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após a fase de envio de lances.

6.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto final máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.9.1. Valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.9.2. Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de

negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

- 6.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. No campo valor unitário: valor global da prestação de serviço.

- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 7.3. No valor proposto estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 7.4. O(s) valor(es) proposto(s) ou o(s) percentual(is) de desconto(s), tanto na proposta eletrônica inicial, quanto na etapa de lances, será(ão) de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 7.5 A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA AJUSTADA

- 8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Agente de Contratação, dar-se-á automaticamente, na data e na hora indicadas neste Edital, no sítio www.gov.br/compras.

- 8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

- 8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 8.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.**

- 8.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado

pelo sistema.

- 8.5.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).
- 8.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.7. Durante a sessão pública de lances, o evidente equívoco de digitação pelo licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexecutável poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo Agente de Contratação, no caso de não exclusão pelo licitante nos moldes do item anterior.
- 8.8. A etapa de lances seguirá pelo modo de disputa “aberto e fechado”.
- 8.9. No **modo de disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 8.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.9.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 8.9.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.11. Nas etapas abertas não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.13. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar para o Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances

continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

- 8.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.16. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.16.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.
- 8.16.2. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio.
- 8.16.3. Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 8.17. Em relação a item(ns)/grupo(s)/lote(s) não exclusivos para participação de beneficiários da Lei Complementar 123/06, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria os beneficiários da Lei Complementar 123/06 participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto Municipal nº 16.535/2016](#).
- 8.17.1. Nessas condições, as propostas dos beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.17.3. Caso o beneficiário da Lei Complementar 123/06 melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelos beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens

anteriores, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.17.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.17.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

8.17.7. Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.

8.18. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.19. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

8.20.1. A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta do primeiro colocado não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.

8.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

8.20.4. Nas hipóteses de desclassificação do então arrematante, será verificada a ocorrência de nova situação de empate, assegurando a preferência de contratação para os beneficiários da Lei Complementar n.º 123/2006, procedendo da seguinte forma:

a) convocação para a realização de sessão pública que será previamente agendada via chat de mensagens, até as 17h do dia anterior, e não terá início anterior às 10h do dia útil seguinte, na qual será concedido ao beneficiário mais bem classificado, oportunidade de exercer o seu direito de preferência, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentando proposta de preço inferior à atual, ofertada por empresa que não esteja enquadrada como beneficiária. Tal proposta deverá ser apresentada no prazo e limites estabelecidos, diretamente no sistema eletrônico;

b) a apresentação de proposta após o prazo estipulado na sessão pública implicará na

decadência do direito conferido pela Lei Complementar nº 123/2006, sendo convocadas as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na mesma situação, respeitada a ordem de classificação das propostas, para o exercício do mesmo direito, observado o procedimento previsto na alínea anterior.

8.20.4.1. Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.21. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta ajustada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares exigidos neste Edital e anexos.

8.21.1. Será garantido ao licitante o prazo mínimo de 2 (duas) horas entre a convocação e o cumprimento da obrigação.

8.21.2. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante no chat de mensagem, durante o transcurso do prazo concedido, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;
- b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

8.21.3. Quando da convocação para apresentação da proposta ajustada, o licitante deverá apresentá-la em conformidade com as regras dispostas no Termo de Referência.

8.21.3.1. A proposta ajustada deverá ser anexada por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras.

8.22. Juntamente com a proposta ajustada a empresa arrematante deverá apresentar:

- a) Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante no **ANEXO II**.
- b) Declaração da Lei Orgânica, conforme modelo constante no **ANEXO III**.
- c) Declaração de Responsabilidade pelos itens de alimentação, conforme modelo constante no **ANEXO IV**.
- d) Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como beneficiário da Lei Complementar 123/2006, conforme modelo constante no **ANEXO V**. (somente para o caso de beneficiários da Lei complementar 123/2006).

8.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento

da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 4.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF, SUCAF e/ou CAGEF;

b) Portal da transparência no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br>.

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.2.1. A Consulta referente ao sócio majoritário será realizada na fase de habilitação.

9.3. Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e anexos, observado o disposto nos artigos 26 a 33 do Decreto Municipal nº 18.289/2023.

9.4. Será desclassificada a proposta que:

9.4.1 conter vícios insanáveis;

9.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital e anexos, desde que insanável.

9.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante possa comprovar, eventualmente, a exequibilidade da proposta.

9.6. A análise da inexequibilidade das propostas será feita nos termos do disposto nos arts. 30 a 32 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, bem como na legislação cabível.

9.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou prospectos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresenta-lo(s) nas condições disciplinadas no referido documento, sob pena de desclassificação.

9.7.1. A convocação será feita pelo Agente de Contratação no “chat de mensagens” do item/grupo/lote arrematado.

9.7.2. O(s) resultado(s) da(s) avaliação(ões) será(ão) divulgado(s) no sistema eletrônico.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos de habilitação previstos no Termo de Referência serão exigidos apenas do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

10.1.1. Para efeito do julgamento da habilitação, os documentos deverão comprovar a sua regularidade na data da abertura do certame, nos termos do art. 34 c/c § 6º-A do art. 37 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

10.1.2. Os documentos exigidos para fins de comprovação da habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF.

10.2. Os documentos necessários para comprovar a habilitação exigidos no Termo de Referência, caso não estejam contemplados, disponíveis ou válidos no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF deverão ser enviados em formato digital, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras, quando solicitados pelo Agente de Contratação.

10.2.1. Será garantido ao licitante o prazo mínimo de 2 (duas) horas entre a convocação e o cumprimento da obrigação.

10.2.1.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido acima, por igual período, nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;

b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

10.2.2. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, caso haja dúvida justificada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Agente de Contratação.

10.3. A verificação pelo Agente de Contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

10.4. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

- 10.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 10.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido aos beneficiários da LC 123/06, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício.
- 10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.
- 10.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 10.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos beneficiários da Lei Complementar nº 123/06, somente será exigida para a adjudicação, e não como condição para participação na licitação.
- 10.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 10.9.1.1. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.
- 10.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 10.9.3. Não será aplicado o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 10.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.10.1. Na hipótese da Adjudicatária ser empresa estrangeira que não funcione no País, para

fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 10.11. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, além das disposições legais, as empresas deverão se atentar para as regras de habilitação dispostas neste Edital, no item “Das Condições de Participação”.
- 10.12. Para fins de habilitação, os documentos que não possuem prazo de validade deverão possuir data de emissão de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, tendo como referência a data de abertura da proposta.
 - 10.12.1. Não se enquadram no subitem acima os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, inclusive quanto aos atestados de capacidade técnica.
- 10.13. Comprovada a regularidade da habilitação, o licitante será julgado habilitado.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inhabilitação, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, concedido na sessão pública, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
 - 11.2.1. O julgamento para considerar a proposta aceita, bem como o licitante habilitado, será comunicado em sessão pública previamente agendada via chat de mensagens, até as 17h do dia anterior, e não terá início anterior às 10h do dia útil seguinte.
- 11.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação.
- 11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 11.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.6. Caso não seja possível incluir no campo específico do sistema eletrônico todas as informações e/ou documentos necessários para interpor as razões recursais ou contrarrazões, o licitante poderá solicitar “no chat de mensagens” o envio por e-mail das razões e documentos complementares.
- 11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

- 13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. multas nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por hora de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

a.1. a multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096/2022;

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no subitem 13.1.

13.2.2.1. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem acima.

13.3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças.

13.4. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto de Esportes e Lazer.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário Municipal de Esportes e Lazer.

13.6. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:

- a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;
- b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;
- c) o primeiro dia após o fim do prazo indicado no § 3º do art. 44 do Decreto Municipal nº 18.096/2022, quando a notificação for publicada no DOM.

13.7. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DOM.

13.8. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no DOM.

13.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.9.1. A multa moratória também poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

13.10.1. A multa inadimplida poderá, na forma do edital ou contrato, ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.

13.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.14. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de

coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 62 do Decreto municipal nº 18.096/2022.

13.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.

14.2. O Município exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

14.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;

14.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;

14.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

14.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

14.2.5. “prática obstrutiva” significa:

14.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

14.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

- 14.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.
- 14.4. A ocorrência de quaisquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

15. DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

- 15.1. Objetivando afirmar a aderência do Contratado aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

- 15.1.1. O Contratado se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.
- 15.1.2. O Contratado se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.
- 15.1.3. O Contratado fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 15.1.4. O Contratado deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.
- 15.1.5. O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

- 16.1. O Contratado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.
- 16.2. O Contratado obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

- 16.3. O Contratado deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- 16.4. O Contratado não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.5. O Contratado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.5.1 O Contratado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.
- 16.6. O Contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- 16.6.1. Ao Contratado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.6.1.1. O Contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- 16.7. O Contratado deverá notificar, imediatamente, o Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 16.7.1. A notificação não eximirá o Contratado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 16.7.2. O Contratado que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- 16.8. O Contratado fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
- 16.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Contratado e o Contratante, bem como, entre o Contratado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores

de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

- 16.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Contratado a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 17.2. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência e oportunidade devidamente justificada, e deverá anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.
- 17.3. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 17.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.7. A tolerância do Município de Belo Horizonte com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Contratado não importará de forma alguma em alteração ou novação.
- 17.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.9. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.
- 17.10. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação ou pela autoridade a ele superior, em conformidade com a legislação aplicável.
- 17.11. A participação do licitante neste procedimento licitatório implica em aceitação de todos os termos deste Edital e Anexos.

- 17.12. O Licitante/Contratado/Fornecedor/Conveniado fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.
- 17.13. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.
- 17.13.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 17.14. O Contratado fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- 17.14.1. Para aditamento do quantitativo deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 13.757/2009 e suas alterações.
- 17.15. Nos termos do disposto no parágrafo único do art. 49-B da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, ficam as empresas obrigadas a apresentar ao Contratante, antes do início da execução do contrato, declaração conforme modelo constante no **ANEXO III**.
- 17.16. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.17. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, nos sites www.gov.br/compras, www.pbh.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 17.18. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Belo Horizonte.
- 17.19. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 17.19.1. **ANEXO I** - Termo de Referência
- 17.19.2. **ANEXO II** – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- 17.19.3. **ANEXO III** - Modelo da Declaração da Lei Orgânica.
- 17.19.5. **ANEXO IV** – Modelo da Declaração de beneficiário da LC 123/2006.

17.19.6. **ANEXO V** – Minuta do Contrato

Belo Horizonte, 09 de março de 2026.

Guéria Silva Navarro
Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças

Bernardo Rocha Correia
Secretário Municipal Interino de Esportes e Lazer

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 93051/2025

UNIDADE REQUISITANTE: Diretoria de Eventos Esportivos e de Lazer

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: Luciana Gonçalves Madeira

AMPLA PARTICIPAÇÃO COM O TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTO NA LC 123/06

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização e execução das “Ruas de Lazer e Recreação – 2026”, nos termos do **ANEXO I – PROJETO BÁSICO** e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação serão licitados por grupo, pois a divisão da solução se mostra economicamente menos atrativa ao mercado fornecedor, redundando em menor competitividade.
- 1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação é(são) caracterizado(s) como comum(ns), pois apresenta(m) padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.4. Os serviços a serem contratados não foram parcelados porque configura sistema único e integrado, e o parcelamento poderia causar risco ao conjunto do objeto pretendido.

1.5. Da contratação

1.5.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de contrato, nos termos da minuta que será parte integrante do Edital.

1.5.1.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.5.2. Para assinatura do contrato a Adjudicatária deverá estar devidamente cadastrada no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF e comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstradas para habilitação.

1.5.2.1. Se a Adjudicatária não for cadastrada no SUCAF, ou se houver pendências no cadastro, a empresa deverá requerer o seu cadastro ou a sua regularização e informar o número do protocolo para a Gerência de Compras e Licitações no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da convocação do Órgão.

1.5.2.1.1. O documento constando o número do protocolo deverá ser encaminhado para o seguinte e-mail: gecli.@pbh.gov.br.

1.5.2.2. O procedimento e a documentação necessária para cadastro ou regularização no SUCAF estão disponíveis no endereço eletrônico <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/sucaf>.

1.5.2.3. O cadastro regular deverá ser apresentado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da convocação citada no subitem 1.5.2.1, podendo ser prorrogado mediante solicitação da Adjudicatária, devidamente justificada.

1.5.2.4. Na hipótese de a Adjudicatária não apresentar o cadastro do SUCAF no prazo previsto no subitem anterior, poderá a administração restaurar a sessão pública e convocar os licitantes remanescentes, segundo a ordem classificatória, para negociação.

1.5.3. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva convocação.

1.5.3.1. O prazo estipulado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

1.5.3.2. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido no subitem 1.5.3, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis.

1.5.4. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa do Contratado, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

1.5.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da Contratação e reajuste de preços.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Da vistoria:

4.1.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução do serviço.

4.2. Da Apresentação Dos Catálogos:

4.2.1 O licitante deverá anexar à plataforma eletrônica na fase de habilitação, catálogos, folders, fichas técnicas ou documentos equivalentes que contenham especificações claras, completas e compatíveis com as exigências do Termo de Referência, relativamente aos itens que comporão o evento.

4.2.2 A documentação apresentada deverá permitir a verificação objetiva da conformidade dos produtos e/ou serviços ofertados com os requisitos técnicos estabelecidos, possibilitando a adequada análise e julgamento pela Comissão Técnica.

4.2.3 A ausência de documentação técnica suficiente ou a apresentação de informações incompletas poderá ensejar diligência para esclarecimentos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, ou, quando não sanável, a desclassificação do licitante.

4.1.2.4 Durante a gestão e a execução do contrato, os catálogos, folders, fichas técnicas e demais documentos apresentados pelo contratado integrarão o processo administrativo como referência técnica vinculante, servindo de parâmetro para a fiscalização, verificação de conformidade e atestação do objeto contratado.

4.2. Da subcontratação:

4.2.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.

4.2.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.3. Da participação de consórcios:

- 4.3.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do serviço a ser prestado, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar o serviço de forma independente.

4.4. Garantia da contratação:

- 4.4.1. Pelos princípios da competitividade e economicidade, com o objetivo de não restringir a competição e não onerar as propostas, não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

- 5.1. Regime de execução: Empreitada por preço global.
- 5.2. As especificações, condições, prazo e locais para execução do objeto encontram-se no **ANEXO I – PROJETO BÁSICO**.

6. GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 18.324/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s), na forma do Decreto Municipal nº 18.324/2023 e do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO / MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1. Recebimento do objeto

- 7.1.1. O serviço será recebido provisoriamente, no prazo de 02 (duas) horas, pelo fiscal do contrato, mediante emissão de termo detalhado.
 - 7.1.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.1.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final do período de faturamento, o fiscal do contrato irá verificar o cumprimento das exigências constantes neste Termo de Referência e na proposta, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando no termo detalhado a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.1.3. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.1.4. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado/corrigido no prazo de 01 (uma) hora, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.1.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.1.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação do exato cumprimento das exigências constantes neste Termo de Referência e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - 7.1.6.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
 - 7.1.6.2. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 7.1.6.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
 - 7.1.6.4. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição

do atendimento das exigências contratuais.

- 7.1.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.1.8. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.1.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

- 7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 10 (dez) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.2.2.1. o prazo de validade;
 - 7.2.2.2. a data da emissão;
 - 7.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.2.2.5. o valor a pagar; e
 - 7.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.2.2.6.1. O Contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente, observando:
- a) A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente considerando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal 18.272/23 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.
 - b) As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de

acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal 18.272/23 c/c artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.2.4.1. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente poderá ser acompanhado de documentação para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, caso esteja irregular.

7.2.4.2. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.2.4.3. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.2.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias contados da finalização da liquidação da despesa, pela Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

7.3.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação do serviço realizada e o período da execução.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, o licitante deverá encaminhar os documentos relacionados abaixo, os quais deverão comprovar sua regularidade na data da abertura do certame, nos termos do art. 34 c/c § 6º-A do art. 37 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

8.2.1. Habilitação jurídica

- 8.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.2.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual/distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.2.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 8.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.2.2.6. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

Observação: Os documentos referidos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.2.3. Qualificação econômico-financeira

- 8.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
 - 8.2.3.1.1. Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.
- 8.2.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil do Resultado dos dois últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo ser observados os subitens abaixo para o devido enquadramento.
 - a.1. Serão considerados, “na forma da lei”, o Balanço Patrimonial e a Demonstração Contábil do Resultado dos dois últimos exercícios sociais, assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
 - b) publicados em Jornal; ou
 - c) devidamente registrados/autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado no órgão de registro equivalente; ou
 - d) na forma de escrituração contábil digital (ECD) nos termos da Instrução Normativa da RFB, preferencialmente com o termo de autenticação eletrônica gerado pelo sistema.
- a.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou no exercício anterior, e que ainda estejam dentro do prazo legal para a elaboração do balanço patrimonial deverão apresentar o balanço de abertura devidamente registrado/autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado/autenticado no órgão de registro equivalente.
- a.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- a.4. Os Balanços Patrimoniais (inclusive o Balanço de Abertura) e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade.
- a.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.
- 8.2.3.3. Cálculo dos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
- II - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.
- 8.2.3.3.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta.
- 8.2.3.3.2. Reserva-se ao pregoeiro o direito de efetuar os cálculos dos índices, caso estes não sejam apresentados.

8.2.4. Qualificação técnica

8.2.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares com o item arrematado, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.2.4.1.1. Os atestados ou certidões de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.4.1.2. Os atestados ou certidões deverão estar emitidos em papel timbrado do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediram, ou deverão conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.

8.2.4.1.3. Não serão aceitos atestados ou certidões de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.

8.2.4.1.4. Prova de registro ou inscrição, atualizada, dos responsáveis técnicos da mesma na entidade profissional competente - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, para os itens que forem necessários.

8.2.4.1.5. A comprovação de vínculo profissional far-se-á com a apresentação de cópia do contrato social/estatuto social, do contrato de prestação de Serviço, da carteira de trabalho (CTPS) ou do contrato de trabalho;

8.2.5. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.2.5.1. Para efeito de validação da declaração será realizada consulta junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>) e no caso de a certidão apresentar percentual inferior do previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, a empresa será inabilitada.

8.2.6. **Não será exigida a apresentação de declarações que já tenham sido prestadas via sistema.**

8.3. Dos critérios de aceitabilidade da proposta ajustada

8.3.1. Após a convocação pelo Agente de Contratação, o arrematante deverá apresentar Proposta Ajustada, conforme modelo constante no **ANEXO II**.

8.3.2. A proposta de preços deverá conter:

8.3.2.1. Razão social, nº do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

8.3.2.2. Modalidade e número da licitação;

8.3.2.3. Especificação sucinta do objeto lícitado.

8.3.2.4. Valor global do item, discriminando o valor unitário e total dos itens que o compõem.

8.3.2.4.1. O(s) valor(es) unitário(s) e total(is) deve(m) ser apresentado(s) em moeda corrente nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais.

8.3.2.4.2. o valor global deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais.

8.3.2.4.2.1. Quando a divisão do valor total/global pela quantidade lícitada resultar em valor com mais de 2 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais. O valor global de cada grupo/lote obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.

8.3.2.5. Declaração de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 18.096/2022, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação possui caráter sigiloso tendo em vista que através do orçamento sigiloso, a Administração busca a majoração da assertividade, na escolha da contratada que conhecendo as características do objeto, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória. Desta forma, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer informa aos licitantes que o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação, tornando público apenas a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

3000.1100.27.812.101.2545.0111.339039.22.15.00
3000.1100.27.812.101.2545.0101.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0092.339039.22.15.00

3000.1100.27.812.101.2545.0120.339039.22.15.00
3000.1100.27.812.101.2545.0109.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0106.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0098.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0127.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0115.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0114.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0113.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0110.339039.22.15.00
3000.1100.27.812.101.2545.0105.339039.22.15.00
3000.1100.27.812.101.2545.0112.339039.22.15.00
3000.1100.27.812.101.2545.0099.339039.22.15.00
3000.1100.27.812.101.2545.0103.339039.22.15.00
3000.1100.27.812.101.2545.0121.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0130.339039.22.15.00

- 11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

12. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO:

- 12.1. Diretoria de Eventos Esportivos e de Lazer.

13. DOS ANEXOS:

- 13.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.1.1. Anexo I – Projeto Básico

13.1.2. Anexo II – Modelo da proposta ajustada

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2026.

Luciana Gonçalves Madeira
Diretoria de Eventos Esportivos e de Lazer

Bernardo Rocha Correia
Secretário Municipal Interino de Esportes e Lazer

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

PROJETO BÁSICO

1. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

1.1. Serviços de organização e execução dos eventos que compõem as “Ruas de Lazer e Recreação - 2026”:

1.1.1. **Descrição do evento:** A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL), em conformidade com a sua missão de democratizar o acesso ao esporte e ao lazer no município, realiza o programa “Ruas de Lazer”, sendo uma das ações planejadas e aprovadas no Plano Plurianual de Governo (ação 2545 - Promoção de Eventos Esportivos e de Lazer, subação 202 - Eventos de Lazer e Recreação). O programa tem como objetivo levar atividades de lazer ativo, incluindo ações esportivas e recreativas, especialmente voltadas para as crianças e adolescentes moradores de regiões com altos índices de vulnerabilidade socioeconômica, promovendo o direito ao lazer, esportes e diversões, respeitando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069 de 1990), e para o combate à invisibilidade e o enfrentamento aos riscos sociais.

No ano de 2025, foram executados aproximadamente 140 eventos ao longo de todo o ano, por meio de disponibilização de oficinas recreativas ou de empréstimo de materiais, em praticamente todas as regiões do município. O programa “Ruas de Lazer”, dentre os programas da SMEL, tem a característica peculiar de atender à solicitação direta das diversas organizações da sociedade civil, associações e instituições públicas e privadas, ou de parlamentares que os representam - sendo a demanda avaliada pela SMEL por critérios técnicos que garantam a exequibilidade e o interesse público. Grande parte dos eventos serão custeados por meio de emendas individuais impositivas oriundas da Câmara Municipal de Belo Horizonte, modelo que provavelmente se repetirá em 2026.

Atualmente, o Ruas de Lazer é realizado em dois formatos prioritários, conforme Portaria próprio (Portaria SMEL nº 014/2023):

- Disponibilização de oficinas em eventos esportivos e de lazer em parques, vias públicas, áreas de vulnerabilidade social e demais espaços públicos, seja em parceria com outros órgãos da PBH ou por demandas espontâneas da comunidade em geral;
- Apoio aos Programas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e eventos em parceria com outras secretarias e órgãos da PBH, na forma de empréstimo de materiais e equipamentos próprios, incluindo suporte organizacional e logístico.

1.1.2. **Justificativa e objetivo:** O esporte e o lazer são considerados peças fundamentais na construção identitária de jovens, pois permite protagonismo, internalização de valores, fortalecimento de laços de cooperação entre outros. Em contextos de exclusão social, de desigualdades sociais e de falta de garantias básicas, o lazer pode ser visto como direito secundário, aprofundando a falta de oportunidades e a exposição a situações de

risco de crianças e adolescentes. Por outro lado, a participação de atividades físicas e esportivas, individuais e em grupo, bem como a vivência lúdica dos jogos e brincadeiras, são protetivos e facilitadores do desenvolvimento, já que promovem o auto-reconhecimento das potencialidades, a integração social e a sensação de pertencimento comunitário. Legitimar interesses dos jovens e favorecer locais e atividades são estratégias públicas relevantes de promoção da saúde e da cidadania.

A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer da Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da ação-2545 “Eventos de Lazer e Recreação”, busca democratizar o acesso ao esporte e lazer, assumindo estes como direitos individuais e ferramentas para melhorar a saúde, fomentar hábitos saudáveis e estimular o espírito de coletividade, em um ambiente lúdico que envolvam atividades físicas associadas a momentos de alegria e diversão. Para tanto, propomos oficinas que oportunizem atividades esportivas, jogos e brincadeiras ativas, prioritariamente realizadas em grupos.

Tendo como objetivo geral democratizar o acesso ao esporte e ao lazer para a população de Belo Horizonte, prioritariamente crianças e adolescentes em áreas de vulnerabilidade social, por meio da oferta de oficinas com atividades lúdicas e ativas em eventos comunitários e institucionais.

1.1.3. Metodologia: As ações do programa serão executadas por meio da disponibilização de 225 oficinas gratuitas, com duração de 4 horas cada, contemplando atividades de esporte, lazer e recreação, adequadas às diferentes faixas etárias, com foco prioritário em crianças e adolescentes, sem prejuízo da inclusão de jovens e adultos. As oficinas poderão ocorrer de forma independente ou em apoio a eventos como festivais, campanhas e festas populares, em praças, parques, vias públicas, equipamentos públicos e locais similares, especialmente em áreas de vulnerabilidade social.

As oficinas poderão ser realizadas mediante solicitação direta de entidades e instituições, com recursos oriundos do ROT, bem como por solicitação parlamentar, com recursos provenientes de emendas. Para assegurar a adequada execução das atividades, serão disponibilizados materiais de apoio, tais como tendas, banheiros químicos, equipamentos de som e sinalização.

Além disso, o programa contemplará apoio a eventos gratuitos e abertos, por meio de empréstimo de materiais e equipamentos próprios, bem como suporte institucional, organizacional e logístico a iniciativas dos Programas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, de outras secretarias e órgãos da PBH ou de instituições públicas em geral.

A definição da forma de execução — disponibilização de oficinas ou apoio por empréstimo de materiais — caberá à equipe técnica da SMEL, com base nas informações apresentadas pelo demandante. Nesse contexto, o presente projeto trata especificamente da contratação das Ruas de Lazer no formato de oficinas, as quais serão executadas por meio de serviços de organização, logística, coordenação e execução de eventos recreativos com duração de 4 horas, incluindo recursos humanos, materiais e equipamentos necessários à completa e segura realização das atividades.

Compete ao prestador de serviços a responsabilidade pela sinalização de vias em áreas de baixa complexidade, identificação do programa por meio de engenhos móveis de publicidade, transporte, limpeza, montagem e desmontagem de equipamentos e materiais, fornecimento de uniforme, alimentação e hidratação às equipes de trabalho, bem como pela aquisição, gestão e repasse de dados e informações relevantes relativas ao atendimento.

2. DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO

2.1. Condições de execução:

2.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

2.1.1.1. Início da execução do objeto se dará imediatamente após a assinatura do Contrato, com realização de reuniões com a Diretoria solicitante e preparação dos eventos.

2.1.1.2. **Períodos de Realização:** Os eventos poderão ser realizados todos os dias da semana, incluindo e preferencialmente aos sábados, domingos e feriados. Deverão ser considerados a realização de até 03 eventos concomitantes por período do dia, ou seja, 03 pela manhã (de 9 às 13) e 03 à tarde (14 às 18h).

2.1.1.3. **Locais de Realização:** Praças, parques, vias ou equipamentos públicos e similares, prioritariamente situados em áreas de vulnerabilidade social.

2.1.1.4. **Público alvo:** Crianças e adolescentes, incluindo também ações atrativas para jovens e adultos a serem executadas sozinhas ou em apoio a eventos afeitos à temática como Festivais, Campanhas e Festas Populares.

2.1.1.5. A **Contratada** deverá responsabilizar-se, integralmente, pelas demandas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer na prestação de serviços de organização e execução dos eventos – incluindo montagem e desmontagem do necessário para a sua realização, sendo que todos os itens deverão estar montados 60 (sessenta) minutos antes do início programado dos eventos.

2.2. Garantia técnica, manutenção e/ou assistência técnica:

2.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3. DESCRITIVO DAS ATIVIDADES QUE COMPÕEM AS RUAS DE LAZER

DESCRITIVO - RUA DE LAZER
DESCRITIVO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO, LOGÍSTICA, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTO RECREATIVO COM DURAÇÃO DE 4 HORAS, INCLUSO RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A COMPLETA E SEGURA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PROPOSTAS, SENDO O PRESTADOR RESPONSÁVEL AINDA PELA SINALIZAÇÃO DE VIAS (ÁREAS DE BAIXA COMPLEXIDADE), PELA IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA COM ENGENHOS MÓVEIS DE PUBLICIDADE, PELO TRANSPORTE, LIMPEZA, MONTAGEM E DESMONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, PELO UNIFORME, ALIMENTAÇÃO E HIDRATAÇÃO DAS EQUIPES DE TRABALHO E PELA AQUISIÇÃO, GESTÃO E REPASSE DE DADOS E INFORMAÇÕES RELEVANTES DO ATENDIMENTO. A FISCALIZAÇÃO DA SMEL NÃO EXIME A RESPONSABILIDADE DA EMPRESA EM FORNECER TODOS OS MATERIAIS, CONFORME DESCRITO, DURANTE TODO O TEMPO PREVISTO DE REALIZAÇÃO DO EVENTO. **CASO SEJA CONSTATADO MATERIAIS, MONITORES/RECREADORES OU EQUIPAMENTOS AUSENTES, OU MESMO EM CONDIÇÕES INADEQUADAS, PODERÁ SER SOLICITADO AJUSTE DO VALOR PROPORCIONAL À ATIVIDADE FALTANTE E/OU ALTERAÇÃO/TROCA DOS MESMOS.**

TODOS OS BRINQUEDOS E ESTRUTURAS QUE COMPÕEM O EVENTO DEVERÃO ESTAR CONDIÇÕES IDEAIS DE LIMPEZA (SEM MANCHAS, MOFOS, OU SUJEIRA PARA ALÉM DAS QUE SURGIREM DURANTE O USO), DE SEGURANÇA PARA EXECUÇÃO E PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE DOS USUÁRIOS (CONFORME NORMAS DA ABNT E DO CORPO DE BOMBEIROS OU OUTRAS ENTIDADES RESPONSÁVEIS, ALÉM DAS RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE) E DE MANUTENÇÃO, TANTO COM RELAÇÃO À SUA ESTRUTURA QUANTO À ESTÉTICA (SEM MATERIAIS GASTOS, DESBOTADOS, FURADOS, TORTOS, ENFERRUJADOS OU OUTROS QUE COMPROMETAM O VISUAL GERAL DO EVENTO). SEMPRE QUE FOR SOLICITADO, DEVERÁ SER FORNECIDO ART OU CERTIFICAÇÕES ESPECÍFICAS DAS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS. AS ESTRUTURAS, MATERIAIS E BRINQUEDOS DA RUA DE LAZER ESTÃO DESCRITOS ABAIXO E QUALQUER ALTERAÇÃO DE ESCOPO, SEJA DA PARTE DA SMEL OU DA PARTE DA EMPRESA FORNECEDORA, DEVE SER SOLICITADA PREVIAMENTE POR ESCRITO. A SOLICITAÇÃO SERÁ AVALIADA, PODENDO OU NÃO SER APROVADA. DA PARTE DA SMEL, OS CRITÉRIOS ADOTADOS SERÃO: OBJETIVOS E DA TEMÁTICA DA ATIVIDADE, PÚBLICO ALVO E CAPACIDADE DE ATENDIMENTO.

- **02 (DUAS) CAMAS ELÁSTICAS**, DIÂMETRO MÍNIMO DE 4,30 M, ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO. LONA DE SALTO EM TELA DE POLIÉSTER, REDE DE PROTEÇÃO LATERAL E HASTES REVESTIDAS COM TUBETES EM POLIETILENO OU MATERIAL SEMELHANTE ESPUMADOS E CAPA VINÍLICA, CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA, COM NO MÍNIMO 1,20 M DE ALTURA, MOLAS REVESTIDAS BICÔNICAS COM LONA VINÍLICA ESPUMADA PARA PROTEÇÃO, ESCADA PARA ACESSO EM AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, CAPACIDADE PARA SUPORTAR PESO DE 300 KG, COM A REDE ÍNTEGRA E DEVIDAMENTE AMARRADA, SEM FUROS OU QUALQUER DEFORMIDADE QUE POSSA COMPROMETER SEU USO SEGURO.



- **01 (UM) BRINQUEDO INFLÁVEL MECÂNICO DE MÉDIO PORTE RECREATIVO** COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 6M (C) X 6M (L) OU 36M² DO TIPO GIRA MALUCO/GIRO RADICAL CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA OU OUTROS COM TEMÁTICA SEMELHANTE E APROVAÇÃO PRÉVIA FORMAL DA CONTRATANTE COM 01 ENTRADA/SAÍDA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 150KG, FABRICADO EM MATERIAL LAMINADO DE PVC REFORÇADO COM TECIDO DE POLIÉSTER (LONA DE KP 1000). ACOMPANHADOS DE MOTOR(ES) SOPRADOR(ES) – MODELO TURBINA PARA BRINQUEDOS INFLÁVEIS, BIVOLT, 110V E 220V, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE, SUFICIENTE PARA GARANTIR A PRESSÃO DE AR ADEQUADA À SUSTENTAÇÃO E SEGURANÇA DO BRINQUEDO;



- **01 (UM) BRINQUEDO INFLÁVEL DE PEQUENO PORTE ESPORTIVO COM DIMENSÕES MÍNIMAS APROXIMADAS DE 2,50M(C) x 3M(L) OU 9M² DEVENDO SER DO TIPO ARCO E FLECHA (ARCO E PLAY) CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA OU OUTROS COM TEMÁTICA SEMELHANTE E APROVAÇÃO PRÉVIA FORMAL DA CONTRATANTE FABRICADO EM MATERIAL LAMINADO DE PVC REFORÇADO COM TECIDO DE POLIÉSTER (LONA DE KP1000), EM BOAS CONDIÇÕES DE USO E DE LIMPEZA, DEVENDO ESTAR EM CONDIÇÕES IDEAIS DE SEGURANÇA PARA EXECUÇÃO E PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE DOS USUÁRIOS, ALÉM DE ÓTIMAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO. ACOMPANHADOS DE MOTOR(ES) SOPRADOR(ES) – MODELO TURBINA PARA BRINQUEDOS INFLÁVEIS, BIVOLT, 110V E 220V, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE, SUFICIENTE PARA GARANTIR A PRESSÃO DE AR ADEQUADA À SUSTENTAÇÃO E SEGURANÇA DO BRINQUEDO;**



- **01 (UM) BRINQUEDO INFLÁVEL DE PEQUENO PORTE ESPORTIVO COM DIMENSÕES MÍNIMAS APROXIMADAS DE 2,50M(C) x 3M(L) OU 9M² DEVENDO SER DO TIPO BASQUETE CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA OU OUTROS COM TEMÁTICA SEMELHANTE E APROVAÇÃO PRÉVIA FORMAL DA CONTRATANTE FABRICADO EM MATERIAL LAMINADO DE PVC REFORÇADO COM TECIDO DE POLIÉSTER (LONA DE KP1000), EM BOAS CONDIÇÕES DE USO E DE LIMPEZA, DEVENDO ESTAR EM CONDIÇÕES IDEAIS DE SEGURANÇA PARA EXECUÇÃO E PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE DOS USUÁRIOS, ALÉM DE ÓTIMAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO. ACOMPANHADOS DE MOTOR(ES) SOPRADOR(ES) – MODELO TURBINA PARA BRINQUEDOS INFLÁVEIS, BIVOLT, 110V E 220V, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE, SUFICIENTE PARA GARANTIR A PRESSÃO DE AR ADEQUADA À SUSTENTAÇÃO E SEGURANÇA DO BRINQUEDO;**





- **01 (UM) BRINQUEDO INFLÁVEL DE PEQUENO PORTE** DIMENSÕES MÍNIMAS APROXIMADAS DE 3M (C) X 2M (L) OU 6M² DO TIPO PISCINA DE BOLINHAS (COM BOLINHAS COLORIDAS RESISTENTES ÍNTEGRAS SUFICIENTES PARA PREENCHER 15 CM DE ALTURA) OU PULA PULA INFANTIL CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA OU OUTROS COM TEMÁTICA SEMELHANTE E APROVAÇÃO PRÉVIA DA CONTRATANTE, FABRICADO EM MATERIAL LAMINADO DE PVC REFORÇADO COM TECIDO DE POLIÉSTER (LONA DE KP1000), DEVIDAMENTE PROTEGIDO EM SUA PARTE SUPERIOR, EM BOAS CONDIÇÕES DE USO E DE LIMPEZA. ACOMPANHADOS DE MOTOR(ES) SOPRADOR(ES) – MODELO TURBINA PARA BRINQUEDOS INFLÁVEIS, BIVOLT, 110V E 220V, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE, SUFICIENTE PARA GARANTIR A PRESSÃO DE AR ADEQUADA À SUSTENTAÇÃO E SEGURANÇA DO BRINQUEDO;



- **01 EQUIPAMENTO DE SOM DE PEQUENO PORTE**, COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 37CM (A) X 23CM (L), DE ÓTIMA QUALIDADE E POTÊNCIA MÍNIMA DE 200W RMS PARA TOCAR PLAYLIST DIVERSIFICADA E APROPRIADA AO PÚBLICO ALVO DURANTE TODA A DURAÇÃO DO EVENTO, SEM INTERRUPÇÕES, COM MÚSICAS APROVADAS PELA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER;



- **01 (UMA) MESA DE TOTÓ PROFISSIONAL**, RESISTENTE, FABRICADA EM MADEIRA MACIÇA, PÉS DESMONTÁVEIS PRODUZIDOS EM MDF COM SAPATA DE POLIPROPILENO, ACABAMENTO COM VERNIZ TINGIDO BRILHANTE, SAÍDA DE BOLINHA TAMPA DE GAVETA, BONECOS DE ALUMÍNIO FUNDIDO COM PINTURA EPÓXI, VARÕES EMBUTIDOS (NÃO PASANTES). MEDIDAS APROXIMADAS DE: 0,80M (A) X 1,20M (L) X 1,40M (C) (PODENDO HAVER UMA VARIAÇÃO DE 10%), ACOMPANHADAS DE NO MÍNIMO 04 BOLINHAS COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO.



- **CONFEÇÃO, CONSERVAÇÃO AO LONGO DE TODO ANO, TRANSPORTE, MONTAGEM/INSTALAÇÃO DE ENGENHOS MÓVEIS DE PUBLICIDADE**, CONFORME LAYOUT ANEXO, E COLOCADOS JUNTO ÀS OFICINAS CONTRATADAS, CONFORME CROQUI ACORDADO, SENDO:
 - 01 TOTEM DE PUBLICIDADE PRODUZIDO EM DUAS FACES CONFECCIONADOS EM MDF DE NO MÍNIMO 10MM DE ESPESURA, COM SUPORTE SUFICIENTE PARA MANTER O TOTEM EM PÉ, MESMO EM SITUAÇÕES DE VENTO, E MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA 2M, LARGURA 0,80M; CONFORME LAYOUT DISPONIBILIZADA EM ANEXO.
 - 01 TOTEM INFLÁVEL CILÍNDRICO COM TOPO ESFÉRICO DE APROXIMADAMENTE 3 METROS DE ALTURA, 0,70M DE DIÂMETRO DA BASE E 1,20M DE DIÂMETRO DO TOPO, CONFECCIONADO EM NYLON EMBORRACHADO E COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA RESOLUÇÃO, INCLUSIVE CORDAS, PESOS E/OU MATERIAIS SUFICIENTES PARA ANCORAGEM, CONFORME LAYOUT DISPONIBILIZADA EM ANEXO.
 - COLETES COM A LATERAL FECHADA DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS COM A LOGO DO PROGRAMA, DEVENDO CONSTAR O NOME DA FUNÇÃO (MONITOR E/OU COORDENADOR) CONFORME LAYOUT DISPONIBILIZADO EM IMAGEM DE REFERÊNCIA.



- 02 (DUAS) TENDAS QUADRADAS** TAMANHO MÍNIMO 3M X 3M COBERTURA EM LONA TIPO PVC IMPERMEÁVEL BRANCO, MODELO PIRAMIDAL, 04 LADOS ABERTOS; ESTRUTURA TUBULAR REFORÇADA EM AÇO GALVANIZADO OU ALUMÍNIO SEM PONTOS DE FERRUGEM; COM PÉ-DIREITO MÍNIMO DE 2,70 METROS, MONTADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO, AS NORMAS DE SEGURANÇA E AS REGRAS DO LOCAL, PODENDO SER NECESSÁRIO A FIXAÇÃO NO SOLO INCLUSIVE POR MEIO DE CONTRAPESO. INCLUINDO MONTAGEM, DESMONTAGEM E APRESENTAÇÃO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, SEMPRE QUE CABÍVEL.



- 01 (UM) MOTOR GERADOR DE ENERGIA À GASOLINA** DE PARTIDA MANUAL E ELÉTRICA DE, NO MÍNIMO, 10 (DEZ) KVA, EQUIPADO COM RODAS E PUXADOR PARA TRANSPORTE, PAINEL DE CONTROLE, QUADRO PROTETOR, PÉS DE BORRACHA, BIVOLT 110V/220V, ACOMPANHADO DE COMBUSTÍVEL PARA ATÉ 06 HORAS DE FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO E PRODUÇÃO DE RUÍDO MENOR QUE 70 DB NO LOCAL DAS ATIVIDADES, SEGUINDO NORMAS DE SEGURANÇA DOS ÓRGÃOS REGULAMENTADORES, COMPATÍVEL COM O FUNCIONAMENTOS DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS E OUTRAS DEMANDAS DA CONTRATANTE, COMO LIGAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, MICROFONE, BEM COMO ELABORAR ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA SEMPRE QUE CABÍVEL DENTRE OUTROS). **INCLUI EXTENSÃO ELÉTRICA SUFICIENTE PARA MANTER UMA DISTÂNCIA DE SEGURANÇA MÍNIMA DE 10 METROS ENTRE O GERADOR E OS BRINQUEDOS** E 04 UNIFILAS OU BALIZADORES, COM CORRENTE OU FITA, PARA CERCAMENTO DE PROTEÇÃO DO EQUIPAMENTO.



- **01 (UM) KIT DE LIMPEZA** COMPOSTO POR NO MÍNIMO 4 FLANELAS DIMENSÕES MÍNIMAS 38CM X 58CM, 2 BORRIFADORES DE 500ML A BASE DE ÁLCOOL LÍQUIDO 70% SEM CHEIRO PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DOS BRINQUEDOS, DEVENDO SER UTILIZADO APÓS MONTAGEM E SEMPRE QUE SOLICITADO PELOS SUPERVISORES DA SMEL.

SINALIZAÇÃO DA VIA E DESVIO KIT COMPOSTO POR IMPLEMENTOS E PLACAS, A SER IMPLANTADO PARA INTERDIÇÃO SEGURA DA VIA, INCLUINDO 06 CAVALETES (DOBRÁVEIS EM POLIETILENO COM PELÍCULA REFLEXIVA MÍNIMO DE 7 KG; 110 CM DE ALTURA E 62 CM DE ALTURA), 12 BALIZADORES (CONE EM POLIETILENO LARANJA COM FAIXAS REFLEXIVAS E ALÇA SUPERIOR FORMATO T COM FURO CENTRAL, MÍNIMO DE 105 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL DE BORRACHA 43X43 CM PESO TOTAL 4,5 KG), 04 PLACAS R3, E 01 ROLO DE FITA ZEBRADA. AMBOS DE PLÁSTICO RESISTENTE EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT. AFIXADO AO CAVALETE DEVERÁ CONSTAR PLACA DE PLÁSTICO DE BOA QUALIDADE, PERSONALIZADA COM A LOGO DO PROGRAMA, COLORIDA, CONFORME LAYOUT A SER FORNECIDO PELA SMEL, TAMANHO APROXIMADO 30X40 CM.



OS COORDENADORES E MONITORES DAS RUAS DE LAZER DEVERÃO SE CONSTITUIR DE PROFISSIONAIS TÉCNICOS, CAPACITADOS POR MEIO DE CURSOS E TREINAMENTOS E TER CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA COMPROVADA EM ATIVIDADES RECREATIVAS, SER COMUNICATIVO, PROATIVO E CAPAZ DE LIDAR COM AS CRIANÇAS E OS PAIS, ALÉM DE MANTER UMA POSTURA ABERTA, ANIMADA E SEM O USO DE CELULAR QUE POSSA DISTRAIR E PREJUDICAR O ANDAMENTO E A SEGURANÇA DA ATIVIDADE. ELES SERÃO RESPONSÁVEIS POR CONTROLAR A FILA, FACILITAR A ENTRADA E A SAÍDA DOS PARTICIPANTES, GARANTIR A FORMA CORRETA E SEGURA DE USO, ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA DOS MATERIAIS, BRINQUEDOS E DO AMBIENTE DURANTE E APÓS O PROGRAMA, SEMPRE ZELANDO PELA SEGURANÇA DOS USUÁRIOS.

TODOS DEVERÃO ESTAR UNIFORMIZADOS COM COLETE PRODUZIDO PELA EMPRESA, CONTENDO A LOGO DO PROGRAMA, CONFORME DESCRIÇÃO E LAYOUT ANEXO. O COLETE DEVE SER UTILIZADO POR CIMA DA VESTIMENTA, PERMANECENDO VISÍVEL DURANTE TODO O PERÍODO DE EXECUÇÃO DO EVENTO. NÃO SERÁ PERMITIDO AOS MONITORES O USO DE FONES DE OUVIDO E CELULARES, PARA LIGAÇÕES OU USO DE APLICATIVOS E REDES SOCIAIS, VESTIMENTAS INADEQUADAS (ROUPAS COM RASGOS OU MENSAGENS DE CUNHO POLÍTICO/DESVIANTE DO PÚBLICO E PROPÓSITO DO PROGRAMA, AUSÊNCIA DE CAMISA, ROUPAS CURTAS, EXCESSO DE ACESSÓRIOS - PRINCIPALMENTE ANÉIS, CHINELOS, SALTOS, ENTRE OUTROS), BEM COMO COMPORTAMENTOS NÃO PROFISSIONAIS (FUMAR, USAR LINGUAGEM IMPRÓPRIA, SER AGRESSIVO OU APÁTICO, DESATENTO, ENTRE OUTROS) DURANTE O PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. O COORDENADOR E MONITORES DA RUA DE LAZER ESTÃO DESCRITOS ABAIXO:

- **01 (UM) COORDENADOR LOCAL** RESPONSÁVEL POR COORDENAR AS ATIVIDADES INERENTES AO PROGRAMA RUAS

DE LAZER; GARANTIR A EXECUÇÃO DAS OFICINAS NO HORÁRIO ACORDADO; DAR SUPORTE AOS COLABORADORES, ATENDER AOS USUÁRIOS DANDO INFORMAÇÕES E ESCLARECENDO DÚVIDAS; RESOLVER E REPORTAR IMEDIATAMENTE PROBLEMAS E ACIDENTES AOS SUPERVISORES DA SMEL; REALIZAR A CONTAGEM DO NÚMERO DE PARTICIPANTES DA EDIÇÃO, CONFORME METODOLOGIA DA CONTRATADA; COMUNICAR À EQUIPE TÉCNICA DO PROGRAMA, NO INÍCIO DO EVENTO, INFORMAÇÕES COMO O HORÁRIO DE INÍCIO DAS ATIVIDADES, NOME DOS MONITORES PRESENTES, FOTOS DOS BRINQUEDOS E QUAISQUER OUTRAS QUE SEJAM SOLICITADAS, DURANTE E APÓS A EXECUÇÃO DAS OFICINAS, POR MEIO DE DOCUMENTO A SER DISPONIBILIZADO PELA EQUIPE DA SMEL E/OU APLICATIVOS DE MENSAGENS INSTANTÂNEAS. *IMPORTANTE: O PAPEL DE COORDENAÇÃO NÃO PODERÁ SER ACUMULADO COM A FUNÇÃO DE MONITOR, UMA VEZ QUE ESTE TAMBÉM FICARÁ RESPONSÁVEL POR SUBSTITUIR OS MONITORES PARA QUE ESTES POSSAM FAZER PAUSAS, EM CASO DE NECESSIDADE. ALÉM DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS, O COORDENADOR DEVERÁ TER CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA NA COORDENAÇÃO DE EVENTOS, SER CAPAZ DE IDENTIFICAR E SOLUCIONAR PEQUENOS CONFLITOS, ALÉM DE UTILIZAR OS EQUIPAMENTOS E APLICATIVOS DIGITAIS NECESSÁRIOS.*

- **02 (DOIS) MONITORES** PARA ATUAREM JUNTO ÀS CAMAS ELÁSTICAS, SENDO UM EM CADA, ZELANDO PELA SEGURANÇA DOS USUÁRIOS E BOM ANDAMENTO DA ATIVIDADE. *O MONITOR DEVERÁ TER CONHECIMENTO SOBRE OS ITENS E MONTAGEM DO EQUIPAMENTO;*
- **03 (TRÊS) MONITORES** PARA ATUAREM JUNTO AOS INFLÁVEIS SENDO UM PARA O INFLÁVEL MECÂNICO, UM PARA OS INFLÁVEIS ESPORTIVOS E UM PARA O INFLÁVEL INFANTIL. *OS MONITORES DEVERÃO GARANTIR O USO EQUITATIVO PELOS PARTICIPANTES, CONTANDO O TEMPO DE USO, SEREM ATENCIOSOS E SIMPÁTICOS COM AS CRIANÇAS E ATUAR PREVENTIVAMENTE E RAPIDAMENTE EM CASO DE ESVAZIAMENTO OU QUAISQUER PROBLEMAS IDENTIFICADOS;*

AS OFICINAS SÃO ENTENDIDAS COMO FORMATOS DE ATIVIDADES NAS QUAIS OS RECREADORES, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS SÃO PARTES INDIVISÍVEIS, OU SEJA, NÃO É POSSÍVEL SEREM REALIZADAS APENAS PELOS RECREADORES SEM MATERIAIS OU APENAS PELA DISPONIBILIZAÇÃO DE MATERIAIS. NESSES CASOS, É DE EXTREMA IMPORTÂNCIA QUE OS RECREADORES SEJAM CAPACITADOS E TREINADOS NAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS, UMA VEZ QUE OS MESMOS SÃO DIRETAMENTE RESPONSÁVEIS NÃO SÓ PELA CORRETA MONTAGEM E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES, MAS PELA ANIMAÇÃO, INTERAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E SATISFAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS.

- **01 (UMA) OFICINA DE PINTURA CORPORAL TEMPORÁRIA COM O USO DE STENCIL (MOLDE),** EM DIVERSOS FORMATOS, PARA SEREM ESCOLHIDOS PELOS PARTICIPANTES, UTILIZANDO CARTELAS DE TIPOS DIFERENTES E DIMENSÕES MÍNIMAS 7CM DE DIÂMETRO E NO MÍNIMO 06 CORES DE TINTAS À BASE DE ÁGUA, DERMATOLOGICAMENTE TESTADAS, HIPOALERGÊNICAS E NÃO TÓXICAS, ALÉM DE PINCÉIS, ESPONJAS E RECIPIENTES COM ÁGUA E TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A ATIVIDADES, INCLUINDO ESTRUTURA COMPOSTA POR 01 MESA, 01 CADEIRA DE ADULTO E 03 CADEIRAS INFANTIS, TODAS COLORIDAS E EM ÓTIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO (**LIMPAS, SEM PARTES TRINCADAS, QUEBRADAS OU SOLTAS**); REALIZADA POR **01 (UM) MONITOR UNIFORMIZADO COM COLETE E DEVIDAMENTE CAPACITADO** (PROFISSIONAL TÉCNICO) RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DE DESENHOS VARIADOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES, BEM COMO PELO CONTROLE DA FILA, ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, SEGURANÇA DOS PARTICIPANTES E LIMPEZA DO AMBIENTE. *O MONITOR DEVERÁ COMPROVAR HABILIDADE POR MEIO DE EXPERIÊNCIA PRÁTICA E/OU CERTIFICAÇÃO ESPECÍFICA, GARANTINDO A CORRETA EXECUÇÃO DAS PINTURAS CORPORAIS COM O USO DE STENCIL (MOLDE), ALÉM DE MANTER UMA POSTURA SIMPÁTICA E COMUNICATIVA, SENDO CAPAZ DE INTERAGIR COM AS CRIANÇAS E PAIS.*



- **01 (UMA) OFICINA DE ESCULTURAS DE BALÕES AO VIVO** COMPOSTA DE, NO MÍNIMO, 01 **RECREADOR (PROFISSIONAL TÉCNICO)** ESPECIALIZADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NA REALIZAÇÃO DE ESCULTURAS DIVERSAS, SIMPLES E ELABORADAS, COM BALÕES, CONFORME IMAGENS DE REFERÊNCIA, **COM FANTASIA TEMÁTICA APROPRIADA (ROUPA DE PALHAÇO, MACACÃO OU AVENTAL), COLORIDA E CHAMATIVA**, INCLUINDO ESTRUTURA COMPOSTA POR 01 MESA E TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES E OFICINAS COMO BALÕES DE VÁRIAS CORES E FORMATOS, RESISTENTES E DE BOA QUALIDADE, ATÓXICOS, BOMBAS DE ENCHER BALÕES, FITAS E OUTROS. O RECREADOR DEVERÁ MANTER TODO O MATERIAL DISPONÍVEL E ORGANIZADO E O LOCAL LIMPO, DISTRIBUIR BALÕES PERSONALIZADOS COM A LOGO DO PROGRAMA PARA AS CRIANÇAS, INTERAGIR, FAZER APRESENTAÇÕES E BRINCADEIRAS, ENSINAR ESCULTURAS E DISTRIBUI-LAS, MONITORAR O USO E RENOVAR OS MATERIAIS SEMPRE QUE NECESSÁRIO, SENDO PROATIVO, COMUNICATIVO, SIMPÁTICO E ALEGRE;



- **01 (UMA) OFICINA DE BOLHAS DE SABÃO** COMPOSTA DE, NO MÍNIMO, 01 **RECREADOR (PROFISSIONAL TÉCNICO)** COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NA REALIZAÇÃO DE OFICINAS E APRESENTAÇÕES DE BOLHAS DE SABÃO, INCLUINDO BOLHAS GIGANTES, CONFORME IMAGENS DE REFERÊNCIA, **COM FANTASIA TEMÁTICA APROPRIADA (ROUPA DE PALHAÇO, MACACÃO OU AVENTAL), COLORIDA E CHAMATIVA**, INCLUINDO TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÕES E OFICINAS COMO TINAS, BALDES, LÍQUIDO ESPECÍFICO PARA BOLHAS DE SABÃO DE VÁRIOS TAMANHOS E FORMATOS, VARETAS, LINHAS, RAQUETES E OUTROS MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS TANTO PELO RECREADOR QUANTO PELAS CRIANÇAS. O RECREADOR, DEVERÁ MANTER TODO O MATERIAL DISPONÍVEL, ORGANIZADO E O LOCAL LIMPO, FAZER APRESENTAÇÕES PERFORMÁTICAS EM TODA A ÁREA DO PROGRAMA, SENDO OBRIGATÓRIA A EXECUÇÃO DE BOLHAS DE SABÃO GIGANTE E EM DIFERENTES FORMATOS ALÉM DO MANUSEIO DE BOLHAS COM AS MÃOS, MONITORAR O USO E RENOVAR OS MATERIAIS SEMPRE QUE NECESSÁRIO INCENTIVANDO AS CRIANÇAS A INTERAGIREM COM AS BOLHAS, SENDO CARISMÁTICO, PERFORMÁTICO, SIMPÁTICO, COMUNICATIVO E ALEGRE;



OBSERVAÇÕES:

- 1- Qualquer alteração de escopo, seja da parte da SMEL ou da parte da empresa fornecedora, deve ser solicitada previamente por escrito. A solicitação deverá ser avaliada em um prazo máximo de 24 horas, podendo ou não ser aprovada. Da parte da SMEL, os critérios adotados serão: objetivos e da temática da atividade, público alvo e capacidade de atendimento.
- 2- Poderão ser agendadas Ruas de Lazer de segunda a domingo, inclusive em feriados, no período entre 09 e 18h, sendo, no máximo 03 eventos por turno.
- 3- A fiscalização da SMEL não exime a responsabilidade da Contratada em fornecer todos os materiais, conforme descrito, durante todo o tempo previsto de realização do evento. Caso sejam constatados materiais, monitores/recreadores ou equipamentos ausentes, ou mesmo em condições inadequadas, o valor referente ao material e/ou serviço não realizado ou realizado de forma precária será deduzido do valor global.

4. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

4.1. Das obrigações da Contratada

- 4.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e em seus anexos, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 4.1.2. Efetuar a prestação do serviço conforme fixado no Termo de Referência e em seus anexos.
- 4.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à prestação do serviço.
- 4.1.4. Garantir a boa qualidade do serviço prestado.
- 4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa

responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

- 4.1.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 4.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.1.9. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.
- 4.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 4.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.1.12. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.
- 4.1.13. Comunicar ao Contratante a ausência de produto necessário para a execução do serviço, apresentando a devida comprovação, tão logo tome ciência do fato que possa vir a comprometer o efetivo cumprimento da obrigação pelo Contratado caso futuramente demandado.
- 4.1.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 4.1.15. Comprovar, quando solicitado, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.
- 4.1.16. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do contrato.

- 4.1.17. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
- 4.1.18. Manter sede para execução dos serviços no Município de Belo Horizonte, com infraestrutura necessária para prestação dos serviços.
- 4.1.19. Fornecer ao contratante, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo.
- 4.1.20. Responsabilizar-se pelo transporte, deslocamento, descarregamento, entrega no local, montagem, organização, desmontagem e retirada/recolhimento dos produtos, objeto deste instrumento.
- 4.1.21. Credenciar e manter durante todo o evento, funcionário/preposto da empresa com poderes para responder pela mesma, tomar decisões e solucionar de imediato e no local, eventuais problemas que possam comprometer a realização do evento no prazo máximo de 1 (uma) hora, bem como submeter previamente a relação com nomes dos monitores e coordenadores habilitados para os serviços.
- 4.1.22. Substituir de imediato a qualquer tempo e por determinação do Contratante independentemente de apresentação de justificativa por parte deste o(s) empregado(s) de sua equipe que não atenderem às exigências constantes neste Termo e aos requisitos e padrões de qualidade necessários ao adequado desempenho das funções e atividades relativas aos serviços contratados.
- 4.1.23. Executar com esmero e perfeição, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, o objeto contratado de acordo com as necessidades do Contratante e na medida em que for solicitado, devendo os materiais empregados, receber prévia aprovação do Contratante, que se reserva o direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam os padrões estabelecidos.
- 4.1.24. Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todos os materiais, equipamentos e ferramentas utilizadas nos serviços quando for o caso.
- 4.1.25. Responsabilizar-se pela boa qualidade dos serviços executados, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.
- 4.1.26. Ressarcir qualquer dano ou prejuízo causado ao Contratante e/ou a terceiros, provocados por ação ou omissão, ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos envolvidos na execução do Contrato.
- 4.1.27. Remover, após a realização dos serviços, sobras e materiais, bem como recuperar estruturas porventura afetadas quando da execução do objeto.
- 4.1.28. Notificar ao Contratante, imediatamente, sempre que não houver condições para a

realização das atividades previstas, mediante justificativa.

- 4.1.29. Disponibilizar os recursos humanos habilitados e que atendam aos pré-requisitos, com conhecimentos necessários à prestação de serviços a serem executados.
- 4.1.30. Responsabilizar-se por todos os atos dos profissionais relacionados aos serviços prestados.
- 4.1.31. Submeter à aprovação do Contratante toda substituição de monitores e coordenadores responsáveis no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas da decisão da substituição.
- 4.1.32. Apresentar, antes da prestação dos serviços, relação dos monitores e coordenadores, contendo nome, identidade, telefone e mini currículo para cadastro junto ao Contratante, que deverá ser atualizada sempre que necessário.
- 4.1.33. Diligenciar no sentido de que seus monitores e coordenadores mantenham-se, durante a prestação dos serviços, devidamente uniformizados com camisa de malha branca limpa, calça em material confortável, tênis adequado à prática esportiva e coletes padronizados com a marca da empresa, a logomarca do Programa “Ruas de Lazer” e a palavra “Monitor” ou “Coordenador” nas costas, devendo o layout dos uniformes ser previamente aprovado pelo Contratante.

4.2. Das obrigações da Contratante

- 4.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da prestação do serviço contratado, por meio da Diretoria de Eventos Esportivos e de Lazer.
- 4.2.2. Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência, do cumprimento das exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, durante toda a execução do contrato, em atendimento ao disposto nos incisos XVI e XVII do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2.3. Pagar no vencimento a fatura apresentada pelo Contratado correspondente ao serviço prestado.
- 4.2.4. Notificar o Contratado, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço.

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93051/2025

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização e execução das “Ruas de Lazer e Recreação – 2026”, promovidas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Prefeitura de Belo Horizonte.

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

ITEM I – RUAS DE LAZER

Item	Código SICAM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN	Quant.	Valor unitário	VALOR GLOBAL (para execução de todo o serviço)
1	89911	SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTO RECREATIVO COM DURAÇÃO DE 4 HORAS, INCLUSOS RECURSOS HUMANOS, LOCAÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES, CONFORME DETALHAMENTO ABAIXO:	UN	230	R\$	R\$
VALOR GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE TODO O SERVIÇO			R\$			

ATENÇÃO!

OBS.: Quando da apresentação da proposta ajustada, o licitante deverá informar além do valor

unitário de cada “RUA DE LAZER” o detalhamento de cada atividade que a compõe, conforme disposto abaixo:

O CONTRATADO DEVERÁ SER RESPONSÁVEL POR TODA A LOGÍSTICA DE TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS, ALÉM DE UNIFORMES, LANCHES E ÁGUA PARA AS EQUIPES DE TRABALHO.

• **DETALHAMENTO DE CUSTOS DO EVENTO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	CAMAS ELÁSTICAS, REDONDAS: DIÂMETRO APROXIMADO DE 4,30 M, ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO. LONA DE SALTO EM TELA DE POLIÉSTER, REDE DE PROTEÇÃO LATERAL E HASTES REVESTIDAS COM TUBETES ESPUMADOS E CAPA VINÍLICA, COM NO MÍNIMO 1,20 M DE ALTURA. MOLAS REVESTIDAS BICÓNICAS COM LONA VINÍLICA ESPUMADA PARA PROTEÇÃO, ESCADA PARA ACESSO EM AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, CAPACIDADE PARA SUPORTAR PESO DE 300 KG, EM BOAS CONDIÇÕES DE USO E DE LIMPEZA. ACOMPANHADA DE 02 (DOIS) MONITORES (PROFISSIONAIS TÉCNICOS) UNIFORMIZADOS E CAPACITADOS NO MONITORAMENTO DO EQUIPAMENTO, RESPONSÁVEIS POR CONTROLAR A FILA, A ENTRADA E A SAÍDA DOS PARTICIPANTES, ACOMPANHAR A FORMA CORRETA DE USO DO BRINQUEDO, ZELAR PELA SEGURANÇA DOS USUÁRIOS E BOM ANDAMENTO DA ATIVIDADE.	02	UN	R\$	R\$
2	BRINQUEDO INFLÁVEL MECÂNICO DE MÉDIO PORTE RECREATIVO COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 5M (C) X 5M (L) OU 25M² DO TIPO CORRIDA DE OBSTÁCULOS OU OBSTÁCULO GIRATÓRIO (GIRA MALUCO/GIRA RADICAL) CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA OU OUTROS COM TEMÁTICA SEMELHANTE E APROVAÇÃO PRÉVIA FORMAL DA CONTRATANTE COM 01 ENTRADA/SAÍDA,	01	UN	R\$	R\$

	<p>CAPACIDADE MÍNIMA DE 150 KG, FABRICADO EM MATERIAL LAMINADO DE PVC REFORÇADO COM TECIDO DE POLIÉSTER (LONA DE KP 1000), EM BOAS CONDIÇÕES DE USO E DE LIMPEZA. ACOMPANHADOS DE MOTOR(ES) SOPRADOR(ES) – MODELO TURBINA PARA BRINQUEDOS INFLÁVEIS, BIVOLT, 110V E 220V, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE, SUFICIENTE PARA GARANTIR A PRESSÃO DE AR ADEQUADA À SUSTENTAÇÃO E SEGURANÇA DO BRINQUEDO; E 01 (UM) MONITOR (PROFISSIONAL TÉCNICO) UNIFORMIZADO E CAPACITADO RESPONSÁVEL POR CONTROLAR A FILA, A ENTRADA E SAÍDA DOS PARTICIPANTES, ACOMPANHAR A FORMA CORRETA DE USO DO BRINQUEDO, ZELAR PELA SEGURANÇA DOS USUÁRIOS E BOM ANDAMENTO DA ATIVIDADE</p>				
3	<p>INFLÁVEL DE MÉDIO PORTE</p> <p>ESPORTIVO DO TIPO BRINQUEDO MECÂNICO COM DIMENSÕES MÍNIMAS APROXIMADAS DE 5M (C) X 5M (L) OU 25M² DO TIPO SURF OU GIRO RADICAL COM CONTROLE MECÂNICO CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA, OU OUTROS COM TEMÁTICA ESPORTIVA SEMELHANTE E APROVAÇÃO PRÉVIA FORMAL DA CONTRATANTE COM 01 ENTRADA/SAÍDA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 150 KG, FABRICADO EM MATERIAL LAMINADO DE PVC REFORÇADO COM TECIDO DE POLIÉSTER (LONA DE KP 1000), EM BOAS CONDIÇÕES DE USO E DE LIMPEZA. ACOMPANHADOS DE MOTOR(ES) SOPRADOR(ES) – MODELO TURBINA PARA BRINQUEDOS INFLÁVEIS, BIVOLT, 110V E 220V, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE, SUFICIENTE PARA GARANTIR A PRESSÃO DE AR ADEQUADA À SUSTENTAÇÃO E SEGURANÇA DO BRINQUEDO; E 01 (UM) MONITOR (PROFISSIONAL TÉCNICO) UNIFORMIZADO E CAPACITADO RESPONSÁVEL POR CONTROLAR A FILA, A ENTRADA E SAÍDA DOS PARTICIPANTES, ACOMPANHAR A FORMA CORRETA DE USO DO BRINQUEDO, ZELAR PELA SEGURANÇA DOS</p>	01	UN	R\$	R\$

	USUÁRIOS E BOM ANDAMENTO DA ATIVIDADE				
4	<p>BRINQUEDO INFLÁVEL DE PEQUENO PORTE</p> <p>DIMENSÕES MÍNIMAS APROXIMADAS DE 3M (C) X 2M (L) OU 6M² DO TIPO PISCINA DE BOLINHAS (COM BOLINHAS COLORIDAS RESISTENTES ÍNTEGRAS SUFICIENTES PARA PREENCHER 15 CM DE ALTURA), PULA PULA INFANTIL OU CORRIDA MALUCA CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA OU OUTROS COM TEMÁTICA SEMELHANTE E APROVAÇÃO PRÉVIA DA CONTRATANTE, FABRICADO EM MATERIAL LAMINADO DE PVC REFORÇADO COM TECIDO DE POLIÉSTER (LONA DE KP 1000), EM BOAS CONDIÇÕES DE USO E DE LIMPEZA.</p> <p>ACOMPANHADOS DE MOTOR(ES) SOPRADOR(ES) – MODELO TURBINA PARA BRINQUEDOS INFLÁVEIS, BIVOLT, 110V E 220V, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE, SUFICIENTE PARA GARANTIR A PRESSÃO DE AR ADEQUADA À SUSTENTAÇÃO E SEGURANÇA DO BRINQUEDO; E 01 (UM) MONITOR (PROFISSIONAL TÉCNICO) UNIFORMIZADO E CAPACITADO RESPONSÁVEL POR CONTROLAR A FILA, ACOMPANHAR A FORMA CORRETA DE USO DO BRINQUEDO, ZELAR PELA SEGURANÇA DOS USUÁRIOS E BOM ANDAMENTO DA ATIVIDADE</p>	01	UN	R\$	R\$
5	<p>SERVIÇO DE TATUAGEM TEMPORÁRIA - FLASH TATTOO DESCARTÁVEL</p> <p>REALIZADA POR MONITOR (PROFISSIONAL TÉCNICO) CAPACITADO RESPONSÁVEL POR EXECUTAR A COLAGEM DE DESENHOS VARIADOS NAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONTROLAR A FILA, ZELAR PELA SEGURANÇA, BOM ANDAMENTO DA ATIVIDADE E LIMPEZA DO LOCAL. INCLUÍDOS TODOS MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO COMO CARTELAS DE TATUAGENS DESCARTÁVEIS DE DIFERENTES DESENHOS E FIGURAS, COLORIDAS E NÃO TÓXICAS, DE BOA QUALIDADE, DURADOURAS, APROPRIADAS À FAIXA ETÁRIA DE CRIANÇAS E</p>	01	UN	R\$	R\$

	ADOLESCENTES, ADEQUADA PARA COLOCAR NA PELE (PARA ATENDIMENTO A APROXIMADAMENTE 200 CRIANÇAS), ÁGUA, PAPEL, TESOURA E ESTRUTURA COM, NO MÍNIMO, 01 MESA E 01 CADEIRA TAMANHO ADULTO E 03 CADEIRAS TAMANHO INFANTIL , LIMPAS E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO				
6	<p>MESA DE TOTÓ PROFISSIONAL</p> <p>RESISTENTE, FABRICADA EM MADEIRA MACIÇA, PÉS DESMONTÁVEIS PRODUZIDOS EM MDF COM SAPATA DE POLIPROPILENO, ACABAMENTO COM VERNIZ TINGIDO BRILHANTE, SAÍDA DE BOLINHA TAMPA DE GAVETA, BONECOS DE ALUMÍNIO FUNDIDO COM PINTURA EPÓXI, VARÕES EMBUTIDOS (NÃO PASSANTES). MEDIDAS APROXIMADAS DE: 0,80M (A) X 1,20M (L) X 1,40M (C) (PODENDO HAVER UMA VARIAÇÃO DE 10%), EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E USO. ACOMPANHADAS DE NO MÍNIMO 04 BOLINHAS COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO.</p>	01	UN	R\$	R\$
7	<p>MOTOR GERADOR DE ENERGIA</p> <p>À GASOLINA/DIESEL DE PARTIDA MANUAL E ELÉTRICA DE, NO MÍNIMO, 09 (NOVE) KVA, OU POTENCIA SUFICIENTE O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO DE 03 BRINQUEDOS INFLÁVEIS DE GRANDE PORTE E OUTRAS DEMANDAS DA CONTRATANTE, COMO LIGAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, MICROFONE E ETC, EQUIPADO COM RODAS E PUXADOR PARA TRANSPORTE, PAINEL DE CONTROLE, QUADRO PROTETOR, PÉS DE BORRACHA, BIVOLT 110V/220V. ABASTECIDO COM COMBUSTÍVEL PARA ATÉ 05 HORAS DE FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO E PRODUÇÃO DE RUÍDO MENOR QUE 70 DB NO LOCAL DAS ATIVIDADES, SEGUINDO NORMAS DE SEGURANÇA DOS ÓRGÃOS REGULAMENTADORES. ACOMPANHADO DE EXTENSÃO ELÉTRICA DE NO MÍNIMO 10 METROS PARA MANTER DISTÂNCIA</p>	01	UN	R\$	R\$

	SEGURA DOS BRINQUEDOS E PASSA FIO DE NO MÍNIMO 30M. DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADO DE 04 UNIFILAS PARA PROTEÇÃO LATERAL, EVITANDO A APROXIMAÇÃO DE CRIANÇAS E PÚBLICO EM GERAL. ACOMPANHADO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA MONITORAR O EQUIPAMENTO.				
8	<p>TENDAS QUADRADAS TAMANHO MÍNIMO 3M X 3M</p> <p>COBERTURA EM LONA TIPO PVC IMPERMEÁVEL BRANCO, MODELO PIRAMIDAL, 04 LADOS ABERTOS; ESTRUTURA TUBULAR REFORÇADA EM AÇO GALVANIZADO OU ALUMÍNIO SEM PONTOS DE FERRUGEM; COM PÉ-DIREITO MÍNIMO DE 2,70 METROS, MONTADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO, AS NORMAS DE SEGURANÇA E AS REGRAS DO LOCAL, PODENDO SER NECESSÁRIO A FIXAÇÃO NO SOLO INCLUSIVE POR MEIO DE CONTRAPESO. INCLUINDO MONTAGEM, DESMONTAGEM E APRESENTAÇÃO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, SEMPRE QUE CABÍVEL.</p> <p>OBS: A ESTRUTURA DEVERÁ ESTAR LIMPA E EM EXCELENTE CONDIÇÃO DE USO, SEM MANCHAS, DESBOTADOS E OUTROS DANOS À APARÊNCIA E/OU SEGURANÇA DO MESMO.</p>	02	UN	R\$	R\$
9	<p>01 (UM) SERVIÇO DE ANIMAÇÃO COM A DURAÇÃO DE 04 HORAS INCLUINDO::</p> <p>1- EQUIPAMENTO DE SOM DE PEQUENO PORTE, DE ÓTIMA QUALIDADE E POTÊNCIA MÍNIMA DE 200W RMS PARA TOCAR PLAYLIST DIVERSIFICADA E APROPRIADA AO PÚBLICO ALVO, PREVIAMENTE APROVADA PELA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER;</p> <p>2- MÁQUINA DE BOLHAS DE SABÃO PROFISSIONAL PARA EVENTOS, COM CAPACIDADE PARA LANÇAR ATÉ 300 BOLAS POR MINUTO INCLUINDO MESA OU SUPORTE ALTO PARA APOIO E LÍQUIDO ESPECÍFICO, ATÓXICO E APROPRIADO PARA BOLHAS DE SABÃO;</p> <p>3- OFICINA DE ESCULTURAS DE BALÕES COM, NO MÍNIMO, 01 RECREADOR (PROFISSIONAL</p>	01	UN	R\$	R\$

	<p>TÉCNICO) COM FANTASIA TEMÁTICA APROPRIADA, COLORIDA E CHAMATIVA, ESPECIALIZADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NA REALIZAÇÃO DE ESCULTURAS DIVERSAS, SIMPLES E ELABORADAS, COM BALÕES, CONFORME IMAGENS DE REFERÊNCIA, INCLUINDO TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES E OFICINAS COMO BALÕES DE VÁRIAS CORES E FORMATOS, RESISTENTES E DE BOA QUALIDADE, ATÓXICOS, BOMBAS DE ENCHER BALÕES, FITAS E OUTROS. O RECREADOR, SERÁ RESPONSÁVEL POR MANTER TODO O MATERIAL DISPONÍVEL, ORGANIZADO E O LOCAL LIMPO, BEM COMO POR DISTRIBUIR BALÕES PERSONALIZADOS COM A LOGO DO PROGRAMA E FAZER APRESENTAÇÕES, ENSINAR ESCULTURAS E DISTRIBUÍ-LAS, INCENTIVANDO AS CRIANÇAS A INTERAGIREM E BRINCAREM COM AS MESMAS;</p> <p>4- OFICINA DE BOLHAS DE SABÃO COM, NO MÍNIMO, 01 RECREADOR (PROFISSIONAL TÉCNICO) COM FANTASIA TEMÁTICA APROPRIADA, COLORIDA E CHAMATIVA, ESPECIALIZADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NA REALIZAÇÃO DE OFICINAS E APRESENTAÇÕES DE BOLHAS DE SABÃO, CONFORME IMAGENS DE REFERÊNCIA, INCLUINDO TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÕES E OFICINAS COMO TINAS, BALDES, LÍQUIDO ESPECÍFICO PARA BOLHAS DE SABÃO DE VÁRIOS TAMANHOS E FORMATOS, VARETAS, LINHAS, RAQUETES E OUTROS MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS PELAS CRIANÇAS. O RECREADOR, SERÁ RESPONSÁVEL POR MANTER TODO O MATERIAL DISPONÍVEL, ORGANIZADO E O LOCAL LIMPO, BEM COMO POR AUXILIAR O PÚBLICO E FAZER APRESENTAÇÕES PERFORMÁTICAS, SENDO OBRIGATÓRIA A EXECUÇÃO DE BOLHAS DE SABÃO GIGANTE E EM DIFERENTES FORMATOS, ALÉM DO MANUSEIO DE BOLHAS COM AS MÃOS, INCENTIVANDO AS CRIANÇAS A INTERAGIREM COM AS BOLHAS</p>				
--	--	--	--	--	--

10	AIR GAME PROFISSIONAL , MEDIDAS DA MESA: 2,11 (C) X 1,05 (L) X 0,825 (A). MESA DE AERO HOCKEY COM ESTRUTURA RESISTENTE EM MDP COM ACABAMENTO EM PRIMER AZUL, SECAGEM UV; TAMPO DE MDF REVESTIDO COM LAMINADO MELAMÍNICO; PÉS DESMONTÁVEIS COM SAPATAS PLÁSTICAS DE POLIPROPILENO (PP). PÉS FIXADOS NAS LATERAIS, PROPORCIONANDO MELHOR ESTABILIDADE, CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA. DEVE POSSUIR 1 MOTOR VENTILADOR QUE PROPORCIONA PERFEITA FLUTUAÇÃO DO DISCO. VOLTAGEM: 110 OU 220 V	01	UN	R\$	R\$
11	TRANSPORTE, MONTAGEM/INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO PARA FECHAMENTO DAS RUAS COMPOSTA DE 20 CONES LARANJAS DE SINALIZAÇÃO COM FITA REFLEXIVA DE, NO MÍNIMO, 75 CM DE ALTURA, E 02 CAVALETES LARANJAS ZEBRADOS REFLEXIVOS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, COM APROXIMADAMENTE 115 CM DE ALTURA E 62 CM DE LARGURA, AMBOS DE PLÁSTICO RESISTENTE EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT. AFIXADO AO CAVALETE DEVERÁ CONSTAR PLACA DE PLÁSTICO DE BOA QUALIDADE, PERSONALIZADA COM A LOGO DO PROGRAMA, COLORIDA, CONFORME LAYOUT A SER FORNECIDO PELA SMEL, TAMANHO APROXIMADO 30X40 CM. TRANSPORTE, MONTAGEM/INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO E ENGENHOS MÓVEIS DE PUBLICIDADE COMO ECOFLAGS, BLIMPS, BANNER E OUTROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE	01	UN	R\$	R\$

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

ANEXO II DO EDITAL
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93051/2025

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas;
e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

....., de de 2026.

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

ANEXO III DO EDITAL
MODELO DE DECLARAÇÃO DA LEI ORGÂNICA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93051/2025.

Declaro, para os devidos fins, que os trabalhadores da (Razão Social do Licitante) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no _____ (endereço completo) _____, envolvidos na execução do objeto da licitação mencionada acima não incorrem nas proibições previstas no artigo 49-B da Lei Orgânica deste Município, in verbis:

Art. 49-B - Não poderão prestar serviço a órgãos e entidades do Município os trabalhadores das empresas contratadas declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa a, pelo menos, uma das seguintes situações:

Art. 49-B acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 14/09/2011 (Art. 2º)

I - Representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II - Condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Parágrafo único - Ficam as empresas a que se refere o caput deste artigo obrigadas a apresentar ao contratante, antes do início da execução do contrato, declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não incorrem nas proibições de que trata este artigo. (NR)

_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do responsável legal da adjudicatária

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93051/2025

Declaramos, sob as penas da lei, que a licitante _____ é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, na condição de _____ considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada e que no ano-calendário de realização da licitação, a licitante não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como beneficiário da Lei Complementar 123/2006.

Atestamos para os devidos fins, que a licitante não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a XI do § 4º do art. 3º da Lei nº 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar ao Município de Belo Horizonte quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO
ENTRE O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE,
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER E A
EMPRESA**

O Município de Belo Horizonte, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.383/0001-40, por intermédio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, com sede na rua Timbiras, 628 – Bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte/MG, neste ato representado pelo Secretário Municipal Interino de Esportes e Lazer, **Sr. Bernardo Rocha Correia**, CPF. nº 068.850.646-10 designado por Ato do Gabinete do Prefeito nº 6/2026 publicado no Diário Oficial do Município de 07 de janeiro de 2026, portador da Matrícula Funcional nº 327.090-2 doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na, na cidade de/Estado, neste ato representada por (nome e função na contratada), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no procedimento nº 01.025.929.25.72 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/ 2021, e dos Decretos Municipais nº 18.096/2022 e nº 18.324/2023 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 93051/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização e execução das “Ruas de Lazer e Recreação – 2026”, bem como quaisquer documentos legalmente exigidos e necessários para a realização do evento promovido pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Prefeitura de Belo Horizonte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

- 3.1. O modelo de execução, bem como as regras de gestão contratual constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras referentes à subcontratação estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

- 6.1. O recebimento/medição, liquidação, prazo e forma de pagamento serão efetuados conforme regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/01/2026.
- 7.2. Após o interregno de um ano, mediante pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, com a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.4.1. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo
- 7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.7. O reajuste poderá ser realizado por termo aditivo ou por simples apostila.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 8.1. As obrigações do Contratado e do Contratante estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A prática de atos ilícitos sujeita o Contratado à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Decreto nº 18.096/2021:

9.1.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.1.2. multas nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por hora de atraso na entrega-de material, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;

a.1. a multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao contratado que descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096/2022;

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão de o cometimento das infrações administrativas previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

9.1.2.1. As multas previstas acima serão fixadas considerando os atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem acima.

9.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças.

9.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto de Esportes e Lazer.

- 9.4. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário Municipal de Esportes e Lazer.
- 9.5. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:
- a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;
 - b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;
 - c) o primeiro dia após o fim do prazo indicado no § 3º do art. 44 do Decreto Municipal nº 18.096/2022, quando a notificação for publicada no DOM.
- 9.6. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DOM.
- 9.7. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no DOM.
- 9.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.8.1. A multa moratória também poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.
- 9.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 9.9.1. A multa inadimplida poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.
- 9.10. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

- 10.1. Objetivando afirmar a aderência do Contratado aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:
- 10.1.1. O Contratado se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.

- 10.1.2. O Contratado se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atendo-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.
- 10.1.3. O Contratado fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 10.1.4. O contratado deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.
- 10.1.5. O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 11.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.111/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 11.3.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

- 11.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, obedidas as condicionantes legais.
- 11.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes do presente Contrato serão acobertadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

3000.1100.27.812.101.2545.0111.339039.22.15.00
3000.1100.27.812.101.2545.0101.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0092.339039.22.15.00
3000.1100.27.812.101.2545.0120.339039.22.15.00
3000.1100.27.812.101.2545.0109.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0106.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0098.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0127.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0115.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0114.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0113.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0110.339039.22.15.00
3000.1100.27.812.101.2545.0105.339039.22.15.00
3000.1100.27.812.101.2545.0112.339039.22.15.00
3000.1100.27.812.101.2545.0099.339039.22.15.00
3000.1100.27.812.101.2545.0103.339039.22.15.00
3000.1100.27.812.101.2545.0121.339039.22.15.00
3000.1100.27.813.101.2545.0130.339039.22.15.00

- 12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

- 13.1. O Contratado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.
- 13.2. O Contratado obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a

segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

- 13.3. O Contratado deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- 13.4. O Contratado não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 13.5. O Contratado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 13.5.1 O Contratado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.
- 13.6. O Contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- 13.6.1. Ao Contratado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 13.6.1.1. O Contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- 13.7. O Contratado deverá notificar, imediatamente, o Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 13.7.1. A notificação não eximirá o Contratado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 13.7.2. O Contratado que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- 13.8. O Contratado fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os

assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

13.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Contratado e o Contratante, bem como, entre o Contratado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

13.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Contratado a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, Decretos Municipais nºs 18.096/2022, 17.813/2022 e 18.324/2023, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O Contratado é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

15.5. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.

15.5.1. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.

15.5.2. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.

15.5.3. Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município – DOM e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) correrá por conta do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ANEXOS

17.1. Vinculam ao presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital da Licitação, a proposta da Contratada, bem como eventuais anexos dos documentos supracitados, e integram o presente instrumento os seguintes Anexos:

- a) Anexo I - Termo de Referência.
- b) Anexo II – Especificação e Quantidade do Objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste contrato será o da Comarca de Belo Horizonte.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, de de 2026.

.....
Secretário Municipal de Esportes e Lazer

.....
Representante da Empresa

.....
Testemunha

.....
Testemunha

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
(QUANDO DA ELABORAÇÃO DESTE CONTRATO TRANSCREVER O TERMO DE
REFERÊNCIA)

ANEXO II
ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO

ITEM I – RUAS DE LAZER

Item	Código SICAM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN	Quant.	Valor unitário	VALOR GLOBAL (para execução de todo o serviço)
1	89911	SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTO RECREATIVO COM DURAÇÃO DE 4 HORAS, INCLUSOS RECURSOS HUMANOS, LOCAÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES, CONFORME DETALHAMENTO ABAIXO:	UN	230	R\$	R\$
VALOR GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE TODO O SERVIÇO			R\$			

ATENÇÃO!

OBS.: Quando da apresentação da proposta ajustada, o licitante deverá informar além do valor unitário de cada “RUA DE LAZER” o detalhamento de cada atividade que a compõe, conforme disposto abaixo:

O CONTRATADO DEVERÁ SER RESPONSÁVEL POR TODA A LOGÍSTICA DE TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS, ALÉM DE UNIFORMES, LANCHES E ÁGUA PARA AS EQUIPES DE TRABALHO.

• DETALHAMENTO DE CUSTOS DO EVENTO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	<p>CAMAS ELÁSTICAS, REDONDAS:</p> <p>DIÂMETRO APROXIMADO DE 4,30 M, ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO. LONA DE SALTO EM TELA DE POLIÉSTER, REDE DE PROTEÇÃO LATERAL E HASTES REVESTIDAS COM TUBETES ESPUMADOS E CAPA VINÍLICA, COM NO MÍNIMO 1,20 M DE ALTURA. MOLAS REVESTIDAS BICÓNICAS COM LONA VINÍLICA ESPUMADA PARA PROTEÇÃO, ESCADA PARA ACESSO EM AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, CAPACIDADE PARA SUPORTAR PESO DE 300 KG, EM BOAS CONDIÇÕES DE USO E DE LIMPEZA. ACOMPANHADA DE 02 (DOIS) MONITORES (PROFISSIONAIS TÉCNICOS) UNIFORMIZADOS E CAPACITADOS NO MONITORAMENTO DO EQUIPAMENTO, RESPONSÁVEIS POR CONTROLAR A FILA, A ENTRADA E A SAÍDA DOS PARTICIPANTES, ACOMPANHAR A FORMA CORRETA DE USO DO BRINQUEDO, ZELAR PELA SEGURANÇA DOS USUÁRIOS E BOM ANDAMENTO DA ATIVIDADE.</p>	02	UN	R\$	R\$
2	<p>BRINQUEDO INFLÁVEL MECÂNICO DE MÉDIO PORTE</p> <p>RECREATIVO COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 5M (C) X 5M (L) OU 25M² DO TIPO CORRIDA DE OBSTÁCULOS OU OBSTÁCULO GIRATÓRIO (GIRA MALUCO/GIRA RADICAL) CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA OU OUTROS COM TEMÁTICA SEMELHANTE E APROVAÇÃO PRÉVIA FORMAL DA CONTRATANTE COM 01 ENTRADA/SAÍDA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 150 KG, FABRICADO EM MATERIAL LAMINADO DE PVC REFORÇADO COM TECIDO DE POLIÉSTER (LONA DE KP 1000), EM BOAS CONDIÇÕES DE USO E DE LIMPEZA. ACOMPANHADOS DE MOTOR(ES) SOPRADOR(ES) – MODELO TURBINA PARA BRINQUEDOS INFLÁVEIS, BIVOLT, 110V E 220V, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE,</p>	01	UN	R\$	R\$

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
	SUFICIENTE PARA GARANTIR A PRESSÃO DE AR ADEQUADA À SUSTENTAÇÃO E SEGURANÇA DO BRINQUEDO; E 01 (UM) MONITOR (PROFISSIONAL TÉCNICO) UNIFORMIZADO E CAPACITADO RESPONSÁVEL POR CONTROLAR A FILA, A ENTRADA E SAÍDA DOS PARTICIPANTES, ACOMPANHAR A FORMA CORRETA DE USO DO BRINQUEDO, ZELAR PELA SEGURANÇA DOS USUÁRIOS E BOM ANDAMENTO DA ATIVIDADE				
3	<p>INFLÁVEL DE MÉDIO PORTE</p> <p>ESPORTIVO DO TIPO BRINQUEDO MECÂNICO COM DIMENSÕES MÍNIMAS APROXIMADAS DE 5M (C) X 5M (L) OU 25M² DO TIPO SURF OU GIRO RADICAL COM CONTROLE MECÂNICO CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA, OU OUTROS COM TEMÁTICA ESPORTIVA SEMELHANTE E APROVAÇÃO PRÉVIA FORMAL DA CONTRATANTE COM 01 ENTRADA/SAÍDA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 150 KG, FABRICADO EM MATERIAL LAMINADO DE PVC REFORÇADO COM TECIDO DE POLIÉSTER (LONA DE KP 1000), EM BOAS CONDIÇÕES DE USO E DE LIMPEZA.</p> <p>ACOMPANHADOS DE MOTOR(ES) SOPRADOR(ES) – MODELO TURBINA PARA BRINQUEDOS INFLÁVEIS, BIVOLT, 110V E 220V, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE, SUFICIENTE PARA GARANTIR A PRESSÃO DE AR ADEQUADA À SUSTENTAÇÃO E SEGURANÇA DO BRINQUEDO; E 01 (UM) MONITOR (PROFISSIONAL TÉCNICO) UNIFORMIZADO E CAPACITADO RESPONSÁVEL POR CONTROLAR A FILA, A ENTRADA E SAÍDA DOS PARTICIPANTES, ACOMPANHAR A FORMA CORRETA DE USO DO BRINQUEDO, ZELAR PELA SEGURANÇA DOS USUÁRIOS E BOM ANDAMENTO DA ATIVIDADE</p>	01	UN	R\$	R\$
4	<p>BRINQUEDO INFLÁVEL DE PEQUENO PORTE</p> <p>DIMENSÕES MÍNIMAS APROXIMADAS DE 3M (C)</p>	01	UN	R\$	R\$

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
	<p>X 2M (L) OU 6M² DO TIPO PISCINA DE BOLINHAS (COM BOLINHAS COLORIDAS RESISTENTES ÍNTEGRAS SUFICIENTES PARA PREENCHER 15 CM DE ALTURA), PULA PULA INFANTIL OU CORRIDA MALUCA CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA OU OUTROS COM TEMÁTICA SEMELHANTE E APROVAÇÃO PRÉVIA DA CONTRATANTE, FABRICADO EM MATERIAL LAMINADO DE PVC REFORÇADO COM TECIDO DE POLIÉSTER (LONA DE KP 1000), EM BOAS CONDIÇÕES DE USO E DE LIMPEZA. ACOMPANHADOS DE MOTOR(ES) SOPRADOR(ES) – MODELO TURBINA PARA BRINQUEDOS INFLÁVEIS, BIVOLT, 110V E 220V, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE, SUFICIENTE PARA GARANTIR A PRESSÃO DE AR ADEQUADA À SUSTENTAÇÃO E SEGURANÇA DO BRINQUEDO; E 01 (UM) MONITOR (PROFISSIONAL TÉCNICO) UNIFORMIZADO E CAPACITADO RESPONSÁVEL POR CONTROLAR A FILA, ACOMPANHAR A FORMA CORRETA DE USO DO BRINQUEDO, ZELAR PELA SEGURANÇA DOS USUÁRIOS E BOM ANDAMENTO DA ATIVIDADE</p>				
5	<p>SERVIÇO DE TATUAGEM TEMPORÁRIA - FLASH TATTOO DESCARTÁVEL</p> <p>REALIZADA POR MONITOR (PROFISSIONAL TÉCNICO) CAPACITADO RESPONSÁVEL POR EXECUTAR A COLAGEM DE DESENHOS VARIADOS NAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONTROLAR A FILA, ZELAR PELA SEGURANÇA, BOM ANDAMENTO DA ATIVIDADE E LIMPEZA DO LOCAL. INCLUÍDOS TODOS MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO COMO CARTELAS DE TATUAGENS DESCARTÁVEIS DE DIFERENTES DESENHOS E FIGURAS, COLORIDAS E NÃO TÓXICAS, DE BOA QUALIDADE, DURADOURAS, APROPRIADAS À FAIXA ETÁRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ADEQUADA PARA COLOCAR NA PELE (PARA ATENDIMENTO A APROXIMADAMENTE 200 CRIANÇAS), ÁGUA,</p>	01	UN	R\$	R\$

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
	PAPEL, TESOURA E ESTRUTURA COM, NO MÍNIMO, 01 MESA E 01 CADEIRA TAMANHO ADULTO E 03 CADEIRAS TAMANHO INFANTIL, LIMPAS E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO				
6	MESA DE TOTÓ PROFISSIONAL RESISTENTE, FABRICADA EM MADEIRA MACIÇA, PÉS DESMONTÁVEIS PRODUZIDOS EM MDF COM SAPATA DE POLIPROPILENO, ACABAMENTO COM VERNIZ TINGIDO BRILHANTE, SAÍDA DE BOLINHA TAMPA DE GAVETA, BONECOS DE ALUMÍNIO FUNDIDO COM PINTURA EPÓXI, VARÕES EMBUTIDOS (NÃO PASSANTES). MEDIDAS APROXIMADAS DE: 0,80M (A) X 1,20M (L) X 1,40M (C) (PODENDO HAVER UMA VARIAÇÃO DE 10%), EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E USO. ACOMPANHADAS DE NO MÍNIMO 04 BOLINHAS COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO.	01	UN	R\$	R\$
7	MOTOR GERADOR DE ENERGIA À GASOLINA/DIESEL DE PARTIDA MANUAL E ELÉTRICA DE, NO MÍNIMO, 09 (NOVE) KVA, OU POTENCIA SUFICIENTE O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO DE 03 BRINQUEDOS INFLÁVEIS DE GRANDE PORTE E OUTRAS DEMANDAS DA CONTRATANTE, COMO LIGAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, MICROFONE E ETC, EQUIPADO COM RODAS E PUXADOR PARA TRANSPORTE, PAINEL DE CONTROLE, QUADRO PROTETOR, PÉS DE BORRACHA, BIVOLT 110V/220V. ABASTECIDO COM COMBUSTÍVEL PARA ATÉ 05 HORAS DE FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO E PRODUÇÃO DE RUÍDO MENOR QUE 70 DB NO LOCAL DAS ATIVIDADES, SEGUINDO NORMAS DE SEGURANÇA DOS ÓRGÃOS REGULAMENTADORES. ACOMPANHADO DE EXTENSÃO ELÉTRICA DE NO MÍNIMO 10 METROS PARA MANTER DISTÂNCIA SEGURA DOS BRINQUEDOS E PASSA FIO DE NO	01	UN	R\$	R\$

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
	MÍNIMO 30M. DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADO DE 04 UNIFILAS PARA PROTEÇÃO LATERAL, EVITANDO A APROXIMAÇÃO DE CRIANÇAS E PÚBLICO EM GERAL. ACOMPANHADO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA MONITORAR O EQUIPAMENTO.				
8	<p>TENDAS QUADRADAS TAMANHO MÍNIMO 3M X 3M</p> <p>COBERTURA EM LONA TIPO PVC IMPERMEÁVEL BRANCO, MODELO PIRAMIDAL, 04 LADOS ABERTOS; ESTRUTURA TUBULAR REFORÇADA EM AÇO GALVANIZADO OU ALUMÍNIO SEM PONTOS DE FERRUGEM; COM PÉ-DIREITO MÍNIMO DE 2,70 METROS, MONTADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO, AS NORMAS DE SEGURANÇA E AS REGRAS DO LOCAL, PODENDO SER NECESSÁRIO A FIXAÇÃO NO SOLO INCLUSIVE POR MEIO DE CONTRAPESO. INCLUINDO MONTAGEM, DESMONTAGEM E APRESENTAÇÃO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, SEMPRE QUE CABÍVEL.</p> <p>OBS: A ESTRUTURA DEVERÁ ESTAR LIMPA E EM EXCELENTE CONDIÇÃO DE USO, SEM MANCHAS, DESBOTADOS E OUTROS DANOS À APARÊNCIA E/OU SEGURANÇA DO MESMO.</p>	02	UN	R\$	R\$
9	<p>01 (UM) SERVIÇO DE ANIMAÇÃO COM A DURAÇÃO DE 04 HORAS INCLUINDO::</p> <p>1- EQUIPAMENTO DE SOM DE PEQUENO PORTE, DE ÓTIMA QUALIDADE E POTÊNCIA MÍNIMA DE 200W RMS PARA TOCAR PLAYLIST DIVERSIFICADA E APROPRIADA AO PÚBLICO ALVO, PREVIAMENTE APROVADA PELA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER;</p> <p>2- MÁQUINA DE BOLHAS DE SABÃO PROFISSIONAL PARA EVENTOS, COM CAPACIDADE PARA LANÇAR ATÉ 300 BOLAS POR MINUTO INCLUINDO MESA OU SUPORTE ALTO PARA APOIO E LÍQUIDO ESPECÍFICO, ATÓXICO E APROPRIADO PARA BOLHAS DE SABÃO;</p>	01	UN	R\$	R\$



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
	<p>3- OFICINA DE ESCULTURAS DE BALÕES COM, NO MÍNIMO, 01 RECREADOR (PROFISSIONAL TÉCNICO) COM FANTASIA TEMÁTICA APROPRIADA, COLORIDA E CHAMATIVA, ESPECIALIZADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NA REALIZAÇÃO DE ESCULTURAS DIVERSAS, SIMPLES E ELABORADAS, COM BALÕES, CONFORME IMAGENS DE REFERÊNCIA, INCLUINDO TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES E OFICINAS COMO BALÕES DE VÁRIAS CORES E FORMATOS, RESISTENTES E DE BOA QUALIDADE, ATÓXICOS, BOMBAS DE ENCHER BALÕES, FITAS E OUTROS. O RECREADOR, SERÁ RESPONSÁVEL POR MANTER TODO O MATERIAL DISPONÍVEL, ORGANIZADO E O LOCAL LIMPO, BEM COMO POR DISTRIBUIR BALÕES PERSONALIZADOS COM A LOGO DO PROGRAMA E FAZER APRESENTAÇÕES, ENSINAR ESCULTURAS E DISTRIBUÍ-LAS, INCENTIVANDO AS CRIANÇAS A INTERAGIREM E BRINCAREM COM AS MESMAS;</p> <p>4- OFICINA DE BOLHAS DE SABÃO COM, NO MÍNIMO, 01 RECREADOR (PROFISSIONAL TÉCNICO) COM FANTASIA TEMÁTICA APROPRIADA, COLORIDA E CHAMATIVA, ESPECIALIZADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NA REALIZAÇÃO DE OFICINAS E APRESENTAÇÕES DE BOLHAS DE SABÃO, CONFORME IMAGENS DE REFERÊNCIA, INCLUINDO TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÕES E OFICINAS COMO TINAS, BALDES, LÍQUIDO ESPECÍFICO PARA BOLHAS DE SABÃO DE VÁRIOS TAMANHOS E FORMATOS, VARETAS, LINHAS, RAQUETES E OUTROS MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS PELAS CRIANÇAS. O RECREADOR, SERÁ RESPONSÁVEL POR MANTER TODO O MATERIAL DISPONÍVEL, ORGANIZADO E O LOCAL LIMPO, BEM COMO POR AUXILIAR O PÚBLICO E FAZER APRESENTAÇÕES PERFORMÁTICAS, SENDO OBRIGATÓRIA A EXECUÇÃO DE BOLHAS DE SABÃO GIGANTE E</p>				

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
	EM DIFERENTES FORMATOS, ALÉM DO MANUSEIO DE BOLHAS COM AS MÃOS, INCENTIVANDO AS CRIANÇAS A INTERAGIREM COM AS BOLHAS				
10	AIR GAME PROFISSIONAL , MEDIDAS DA MESA: 2,11 (C) X 1,05 (L) X 0,825 (A). MESA DE AERO HOCKEY COM ESTRUTURA RESISTENTE EM MDP COM ACABAMENTO EM PRIMER AZUL, SECAGEM UV; TAMPO DE MDF REVESTIDO COM LAMINADO MELAMÍNICO; PÉS DESMONTÁVEIS COM SAPATAS PLÁSTICAS DE POLIPROPILENO (PP). PÉS FIXADOS NAS LATERAIS, PROPORCIONANDO MELHOR ESTABILIDADE, CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA. DEVE POSSUIR 1 MOTOR VENTILADOR QUE PROPORCIONA PERFEITA FLUTUAÇÃO DO DISCO. VOLTAGEM: 110 OU 220 V	01	UN	R\$	R\$
11	TRANSPORTE, MONTAGEM/INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO PARA FECHAMENTO DAS RUAS COMPOSTA DE 20 CONES LARANJAS DE SINALIZAÇÃO COM FITA REFLEXIVA DE, NO MÍNIMO, 75 CM DE ALTURA, E 02 CAVALETES LARANJAS ZEBRADOS REFLEXIVOS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, COM APROXIMADAMENTE 115 CM DE ALTURA E 62 CM DE LARGURA, AMBOS DE PLÁSTICO RESISTENTE EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT. AFIXADO AO CAVALETE DEVERÁ CONSTAR PLACA DE PLÁSTICO DE BOA QUALIDADE, PERSONALIZADA COM A LOGO DO PROGRAMA, COLORIDA, CONFORME LAYOUT A SER FORNECIDO PELA SMEL, TAMANHO APROXIMADO 30X40 CM. TRANSPORTE, MONTAGEM/INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO E ENGENHOS MÓVEIS DE PUBLICIDADE COMO ECOFLAGS, BLIMPS, BANNER E OUTROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE	01	UN	R\$	R\$